

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 086/2023
Data: 19/05/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
AÇÚCAR É O SEGUNDO PRODUTO MAIS EXPORTADO PELO PORTO DE SANTOS EM 2023	4
DIESEL MAIS BARATO É ELOGIADO POR CAMINHONEIROS DO LITORAL DE SP	5
TÚNEL E PARQUE VALONGO OK. E QUANDO O PORTO DE SANTOS ENTRA EM PAUTA?	6
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	8
CÂMARA DO RECIFE DEBATE DESVIO DE 5% DE RECURSOS DO SESC E SENAC PARA EMBRATUR	8
COMISSÃO DO SENADO REALIZA EM SUAPE A PRIMEIRA VISITA PARA DEBATE SOBRE HIDROGÊNIO VERDE	11
EXPORTAÇÕES PERNAMBUCANAS REGISTRAM QUEDA DE 20,5% EM ABRIL	13
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	14
ANTAQ APROVA LEILÕES DE TERMINAIS EM ALAGOAS E RIO GRANDE DO SUL	14
GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF	15
ORÇAMENTO QUASE TRÊS VEZES MAIOR ALAVANCA OBRAS EM RODOVIAS FEDERAIS DE PERNAMBUCO	15
BE NEWS – BRASIL EXPORT	16
EDITORIAL – O PAPEL ESTRATÉGICO DO CAP	16
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	17
<i>Reunião adiada 1</i>	17
<i>Reunião adiada 2</i>	17
<i>Passe livre</i>	17
NACIONAL - IBAMA NEGA LICENÇA AMBIENTAL PARA PETROBRAS PERFURAR BACIA NA FOZ DO RIO AMAZONAS	17
REGIÃO NORDESTE - NOVOS PODERES PARA OS CAP VÃO MELHORAR RELAÇÃO PORTO-CIDADE, DIZEM ESPECIALISTAS	19
REGIÃO NORDESTE - ITAQUI TEM MAIOR ALTA DA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS ENTRE OS PORTOS DO PAÍS NO MÊS DE MARÇO	20
REGIÃO NORDESTE - CEARÁ: ALEMÃES E BANCO MUNDIAL APRESENTAM ESTUDOS A PARTIR DO HUB DE HIDROGÊNIO VERDE	21
REGIÃO SUL - PORTO DE ITAPOÁ FECHA NOVO SERVIÇO PARA LIGAÇÃO DIRETA COM PORTOS DA ÁSIA.....	23
REGIÃO SUDESTE - MAIS DE UMA TONELADA DE COCAÍNA É INTERCEPTADA EM CARGA NO PORTO DE SANTOS	23
REGIÃO SUDESTE - JULIÃO FAZ BALANÇO DO SANTOS EXPORT E FALA DAS EXPECTATIVAS PARA O NORDESTE EXPORT .	24
OPINIÃO – ARTIGOS - PORTUGAL, A SUA POSIÇÃO OCIDENTAL E AS OPORTUNIDADES PARA A AFIRMAÇÃO DO SETOR DE LOGÍSTICA	25
NACIONAL – VITRINE.....	27
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	28
AUTORIDADE PORTUÁRIA E SOPESP TRABALHAM JUNTOS POR TERCEIRA PISTA PLANALTO-BAIXADA	28
DIRETOR DA ELDORADO BRASIL CELULOSE APRESENTA RESULTADOS OBTIDOS PELA ADOÇÃO DE PRÁTICAS DE ESG.....	29
BRASIL GANHA NOVOS MERCADOS PARA EXPORTAÇÃO DE GELATINA E REFRESCO DE AÇAÍ	30
CONSTRUÇÃO DE TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ É TEMA DE DEBATE NA COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES	31
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS PROMOVE SEMANA DA DIVERSIDADE	31
VISITA AO PORTO PREPARA GUIAS PARA ORIENTAR TURISTAS EM SANTOS	32
DENIS BEZERRA É O NOVO PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ	33
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	33
POLÍTICOS DO AMAPÁ TENTAM APOIO DO PLANALTO PARA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO.....	33
SÃO PAULO ESTIMA R\$ 16,8 BI EM INVESTIMENTOS PRIVADOS EM PLANO DE ENERGIA	35
3R PETROLEUM OBTÉM LICENÇA PARA POLO POTIGUAR	38
RENOVABIO: APRIMORAR PARA GANHAR O MUNDO	38
JORNAL O GLOBO – RJ.....	42
PETROBRAS VAI RECORRER DA DECISÃO DO IBAMA PARA EXPLORAR PETRÓLEO NA MARGEM EQUATORIAL	42
‘PERDEMOS MUITO TEMPO DISCUTINDO A SELIC’, DIZ CAMPOS NETO AO PEDIR REFORMAS ESTRUTURAIS	42
APÓS NOVA POLÍTICA DE PREÇOS DA PETROBRAS, VALOR DA GASOLINA E DO DIESEL CAI NOS POSTOS, DIZ PESQUISA DA ANP	43
CAMPOS NETO REÚNE AUTORIDADES MONETÁRIAS MUNDIAIS PARA DEFENDER AUTONOMIA DO BC.....	44
GOVERNO DEVE PIORAR PREVISÃO DE ROMBO NAS CONTAS PÚBLICAS NESTE ANO	45
CUSTO DA PETROBRAS PARA MANTER OPERAÇÕES NA FOZ DO AMAZONAS CHEGA A R\$ 3 MILHÕES POR DIA	46
GILMAR VOTA PARA MANTER REGRAS ATUAIS DE DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA.....	47



O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	48
ZURICH AIRPORT GANHA LEILÃO DE AEROPORTO NO RN COM DIFERENÇA DE APENAS R\$ 1 DO CONCORRENTE.....	48
REFORMA TRIBUTÁRIA: GRUPO DE TRABALHO NA CÂMARA DEVE APRESENTAR RELATÓRIO EM 6 DE JUNHO.....	49
O G-7 E O MUNDO EM CONVULSÃO	50
ARCABOUÇO: LULA SÓ ENFRENTARÁ PRINCIPAL GATILHO REDUTOR DE GASTOS NO ÚLTIMO ANO DE MANDATO.....	51
‘PRÓXIMO PASSO É CONVENCER PETROBRAS A BAIXAR PREÇO DO QUEROSENE DE AVIAÇÃO’, DIZ MÁRCIO FRANÇA.....	53
PRÉVIA DO PIB: ATIVIDADE ECONÔMICA TEM LEVE QUEDA EM MARÇO APÓS TRÊS ALTAS SEGUIDAS	53
‘O MERCADO NÃO ESTÁ CHEGANDO AOS NÚMEROS DO GOVERNO NO PRÓXIMO ANO’, DIZ MANSUETO ALMEIDA.....	54
VALOR ECONÔMICO (SP)	58
INDENIZAÇÃO À INFRAMÉRICA PODERÁ SER FEITA COM ACERTO DE CONTAS NO AEROPORTO DE BRASÍLIA, DIZ MINISTRO	58
DESTAQUE - VALOR ECONÔMICO - RELICITAÇÃO DE AEROPORTO	59
RELATOR DO MINHA CASA QUER INCLUIR BENEFÍCIOS FISCAIS PARA MORADIAS SUSTENTÁVEIS	60
AGÊNCIA BRASIL - DF	60
ATIVIDADE ECONÔMICA CRESCE 2,41% NO PRIMEIRO TRIMESTRE, INFORMA BC.....	60
GUIA VAI ORIENTAR ESTRANGEIROS PARA INVESTIR NO TURISMO DO BRASIL	61
NÚMERO DE TRABALHADORES COM MAIS DE 50 ANOS DOBRA NO PAÍS	62
PORTAL PORTOS E NAVIOS	63
ZORTEA ENTREGA PROJETO EM SÃO FRANCISCO DO SUL NA PRÓXIMA SEMANA	63
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	64
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	64

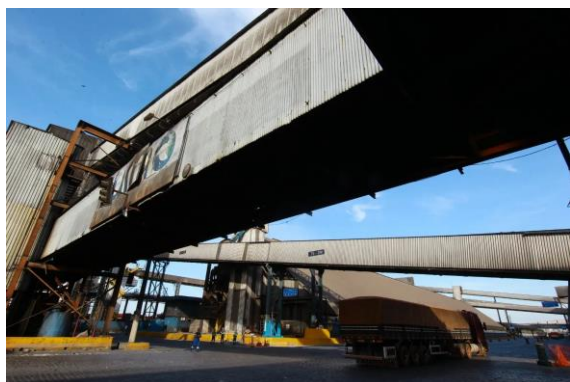


A TRIBUNA DIGITAL (SP)

AÇÚCAR É O SEGUNDO PRODUTO MAIS EXPORTADO PELO PORTO DE SANTOS EM 2023

Ao todo, foram embarcadas 3,82 milhões de toneladas até abril, de acordo com a Autoridade Portuária

Por: Bárbara Farias



Açúcar é o segundo produto mais exportado no Porto de Santos de janeiro a abril deste ano Foto: Matheus Tagé / AT

Segundo produto mais exportado no Porto de Santos de janeiro a abril deste ano, atrás somente da soja, o açúcar é alvo de projeções otimistas para safra 2023/2024 no Brasil, iniciada em abril. De acordo com a Confederação Nacional de Abastecimento (Conab), a produção de cana-de-açúcar deve chegar a 637,1 milhões de toneladas no atual ciclo, 4,4% a mais que na safra 2022/2023. E parte disso vai passar pelo

complexo portuário santista, que embarca 75% do açúcar exportado pelo País.

De acordo com a Autoridade Portuária de Santos (APS), foram exportadas 3,82 milhões de toneladas da commodity nos quatro primeiros meses deste ano. Um volume expressivo, mas que se encontra abaixo do registrado no mesmo período de 2022: 4,15 milhões de toneladas. Para este ano, a projeção inicial da APS para o açúcar é de 19,5 milhões de toneladas, que passarão por cinco terminais instalados no Porto de Santos.

No total de 2022, a soja ficou em 1º lugar, com 25,5 milhões de toneladas, contra 20,4 milhões do açúcar. A soja lidera no 1º quadrimestre de 2023, com 14,73 milhões de toneladas.

Quanto à produção de cana-de-açúcar para a safra 2023/24, das 637,1 milhões de toneladas projetadas pela Conab, o Sudeste, que é a principal região produtora, deve responder por 404,71 milhões de toneladas. Conforme a confederação, os meses de maior movimentação da safra de açúcar são maio, junho, julho e agosto.

A Conab estima ainda a produção de 38,77 milhões de toneladas de açúcar, a segunda maior já registrada na série histórica, perdendo apenas para a temporada de 2020/2021 (41,25 milhões de toneladas). Além da maior colheita esperada para a matéria-prima na atual safra, o mercado favorável ao açúcar influencia na maior destinação da cana.

O CEO e fundador da rede de crédito rural Sonhagro, Romário Alves, atribui três fatores ao crescimento da produção de cana-de-açúcar. “O clima, com chuvas em janeiro e março e baixa luminosidade, atrasou um pouco o plantio, mas ajudou muito no crescimento vegetativo da cana-de-açúcar. Além disso, muitas áreas foram renovadas no País e o avanço do processo de mecanização, que hoje passa de 92% no agronegócio, contribuíram para a projeção de alta”.

O especialista ressaltou que houve aumento expressivo das áreas de plantio e da qualidade da cultura. “Técnicas utilizadas hoje no manejo da cultura da cana-de-açúcar favorecem muito. Por exemplo, há fertilizante que basta aplicar uma vez e isso resolve o ano inteiro. No passado, tinha-se que adubar a terra, às vezes, até quatro vezes durante o ano no período de chuva”.

Procurada, a União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica) informou que Santos embarca “em média, 75% do açúcar exportado pelo Brasil”, sendo o principal porto do País a movimentar a commodity. Já o segundo porto em volume de exportação de açúcar é o de Paranaguá (PR), com média entre 18% e 20%.

Levando-se em conta o fato de o ano-safra ter início em abril, a Unica ressalta que “no acumulado desde 1º de abril, a fabricação de açúcar totaliza 1,53 milhão de toneladas no País, contra 1,07 milhão de toneladas do ciclo anterior (+43,65%)”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 19/05/2023

DIESEL MAIS BARATO É ELOGIADO POR CAMINHONEIROS DO LITORAL DE SP

Setor de transportes aprova nova política de preços da Petrobras, com o fim da paridade de importação

Por: Bárbara Farias



Além do diesel, gastos com outros insumos tiram o sono dos caminhoneiros que atuam no Porto de Santos Foto: Vanessa Rodrigues/AT

A redução de R\$ 0,44 no preço do litro do diesel para as distribuidoras entrou em vigor nesta quarta-feira (17). A medida é o primeiro efeito da nova política de preços anunciada pela Petrobras que culminou com o fim da paridade de importação. Embora aprove as mudanças, que resultaram em queda de 12,8%, o setor de transporte de cargas afirma ser cedo para avaliar os impactos sobre os custos. A tendência é que,

neste momento, a redução não mude a margem de lucro dos caminhoneiros.

Para o motorista autônomo Bernardo Ferreira Barros, de 68 anos e com quatro décadas de profissão, “a redução no preço do diesel é boa, mas vamos ver se as empresas vão cortar o frete, porque a gente trabalha no limite. Hoje, o caminhoneiro sobrevive”, afirmou Barros, elencando os custos que tem para manter o veículo circulando como, por exemplo, seguro, pneus, pedágio e combustível. “Comprei recentemente um jogo de pneus e paguei R\$ 3.500 cada um”.

Barros, que transporta contêineres entre o Interior de São Paulo e o Porto de Santos, comentou ainda que o número de viagens que realizava caiu quase pela metade. “Antes eu fazia cinco viagens por semana, hoje, eu tenho cumprido duas”.

Outro transportador de contêineres, o motorista autônomo de caminhão Marcos Amâncio da Silva, de 41 anos, faz de duas a três viagens por semana entre o Interior Paulista e o Porto e crê que a redução no preço do diesel terá impacto leve no dia a dia. “Geralmente as transportadoras diminuem o preço do frete. Infelizmente, isso não aumenta nossa margem de lucro. A gente fica com metade do frete, o resto vai para pagar combustível, pedágio, alimentação e outras despesas”.

De Salto (SP), o motorista autônomo Carlos Eduardo Guardiano, de 43 anos, que também leva contêineres aos terminais portuários de Santos e de Guarujá, “infelizmente, quando baixa o preço do diesel, o frete cai junto, não aumentando a margem de lucro. Contudo, a redução no preço do combustível ajuda porque também diminui os preços da alimentação e outras despesas. O que precisa baixar é o valor do pedágio, que impacta bastante”.

Análise

Para o diretor do Sindicato das Empresas de Transporte Comercial de Carga do Litoral Paulista (Sindisan), José Douglas Raimundo, ainda é cedo para avaliar o fim da paridade. “Contudo, vendo o mercado, que ontem (terça-feira, 16) se ajustou positivamente, podemos ficar otimistas”. Em relação à queda no preço do combustível, ele explicou que o corte incide sobre o valor do produto bruto, sem o biodiesel, às distribuidoras.



Caminhoneiro Bernardo Barros viu número de viagens cair de cinco para duas por semana Foto: Vanessa Rodrigues/AT

Atualmente, segundo o diretor do Sindisan, o diesel representa entre 35 e 40% do custo do frete. “Portanto, a redução é bem-vinda, principalmente num momento em que os fretes estão defasados não só pelo custo do combustível, mas dos demais insumos, como pneus e lubrificantes, entre outros. Isso sem contar os preços dos caminhões, que estão nas alturas”.

Douglas completou a análise dizendo que, em 28 de abril, a Petrobras anunciou redução de 9,8% no preço do diesel nas refinarias, mas o impacto no bolso da categoria foi mínimo. “Quanto disso chegou nas bombas? Diria que 1% ou 1,8%, no máximo. E o preço na refinaria é antes da incidência do ICMS. Além disso, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) revisa o piso mínimo de frete toda vez que há variação superior a 5% no preço do diesel”.

A Confederação Nacional do Transporte (CNT) também foi procurada para comentar sobre a nova medida, mas não retornou até o fechamento desta edição.

Postos de combustíveis

Para o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Sindicombustíveis Resan), José Camargo Hernandes, a expectativa sobre essa nova política de preços é extremamente positiva. “Quanto mais barato o produto custar, melhor, pois nos livramos do problema de aumento de capital de giro e o consumidor também é beneficiado. Facilita a vida do consumidor e do revendedor”.

Hernandes destacou ainda que a diminuição de preço também incide sobre a inflação. “É importante frisar que essa redução de preços também impactará nos índices de inflação, principalmente, porque o diesel é o motor de toda a economia, do transporte, da lavoura, da indústria e até na geração de energia elétrica nas regiões onde não temos usinas hidrelétricas”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 19/05/2023

TÚNEL E PARQUE VALONGO OK. E QUANDO O PORTO DE SANTOS ENTRA EM PAUTA?

Expectativa fica por conta dos planos e projetos para o complexo que se conhece

Por: Frederico Bussinger

Discute-se a revitalização do Valongo desde os anos 90. Em 2018, até um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foi assinado, mas não implementado. Isso, porém, é uma página virada: o Parque Valongo já tem acordo institucional e patrocínio privado para sua implantação. De igual forma, o túnel Santos-Guarujá parece que dessa vez sai: tanto a União como o Estado vêm declarando intenção de fazê-lo, têm bala na agulha para levar adiante o empreendimento e já arregaçaram as mangas para efetivá-lo.



Foto: Vanessa Rodrigues/AT

Até uma oposição entre as duas instâncias, que vinha sendo noticiada, parece que ficou para trás. Ambas as partes veiculam intenção de atuar em parceria, até para um “combo” mais ambicioso: incluiria o terceiro acesso rodoviário na Serra. Ou seja, duas notícias alvissareiras para processos que se arrastavam há anos! Até o futuro mais distante já entrou no radar: porto offshore (águas profundas) e Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) começam a ser esboçados.

A expectativa fica por conta dos planos e projetos para o porto/complexo que se conhece: quando isso entrará em pauta? De forma nem sempre clara, essa dúvida tem rondado entrevistas, artigos e painéis de atores envolvidos no/com o Porto de Santos. Numa consulta pessoal e explícita com alguns deles, 29 respostas recebidas apresentam um rol centenário de pendências: várias urgentes; a maioria antiga e recorrente.

Dragagem é a demanda mais frequente (praticamente um bordão), mas os acessos terrestres são mencionados com maior preocupação. Dragagem consta de 90% das respostas, apesar de não haver alinhamento geral de qual, exatamente, o problema a ser resolvido. Buracos, iluminação e sinalização insuficientes, insegurança (pessoal e patrimonial) são preocupações dos acessos rodoviários internos (last mile). Os investimentos anunciados e a própria solução via Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips) parecem não trazer tranquilidade com relação à saturação dos acessos ferroviários. Mas o que emerge como maior preocupação é a saturação do acesso terrestre, “cujo viário para carga é dos anos 50: a Anchieta!”.

Para as demais dezenas de postulações, investimento é condição necessária, mas nem de longe suficiente. Por exemplo: os terminais de granéis reclamam estarem sendo penalizados em 10% a 12% de sua capacidade porque os navios não atracam e/ou não deixam o berço no tempo certo. “Sempre há uma razão, da praticagem e/ou amarração”: para além de investimentos, a solução parece demandar melhor articulação e gestão, não? Idem para a crise de vandalismo dos trens.

Outras dependem de conclusão de obras (como a Avenida Perimetral da Ponta da Praia, a Fips e o VTMIS). Outras estão mais associados a planejamento e articulação (como transferência do terminal de cruzeiros, fluxo duplo nos acessos marítimos, hidrovia, expansão no fundão do Estuário). Outras, ainda, a definições estratégicas (como adoção de 5G e ESG, qualificação profissional, implantação de estaleiro de manutenção, marketing). Ou, também, a itens como governança e regulação (como Conselho de Autoridade Portuária deliberativo, isonomia tarifária no canal e entre arrendamentos x TUPs, redução da complexidade dos EVTEAs).

Além de longa, como visto, a lista é até difícil de ser organizada compreensivelmente. Inclusive porque há itens conflitantes e outros que são interfaces. A maioria dela é atribuição da Administração Portuária, mas muitas ações dependem também de operadores, arrendatários, TUPs, prefeituras e/ou Governo do Estado. Daí porque seria essencial um plano de ação, detalhado e público. Preveria atividades, coordenações, intervenientes, cronogramas e fontes de recursos. Talvez até destacando-se ações emergenciais, como chegou a ser cogitado no final de 2022.

Com o túnel e o Parque Valongo encaminhados, não valeria também cuidar-se para que discussões sobre a autogestão, atualmente, não desviem atenção e ocupem o lugar da desestatização nos últimos anos? Discussão que consumiu energia, adrenalina e tempo, recursos que poderiam ter sido dedicadas ao enfrentamento dos problemas reais e prementes do Porto de Santos.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 19/05/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

CÂMARA DO RECIFE DEBATE DESVIO DE 5% DE RECURSOS DO SESC E SENAC PARA EMBRATUR

Por Jairo Lima

A Câmara Municipal do Recife realizou Reunião Pública, por solicitação do vereador do Recife Marco Aurélio Filho (PRTB), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara, para debater os impactos negativos dos desvios de 5% dos recursos das contribuições sociais destinadas pelas empresas do setor terciário ao Sesc e ao Senac. Na ocasião, houve o debate no plenarinho da Câmara e uma manifestação no Pátio externo da Casa de José Mariano.

Segundo o PL, já aprovado na Câmara Federal, forem votados e aprovados pelo Senado Federal, os recursos seriam destinados para Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur).



Foto: Jairo Lima/ Movimento Econômico

Marco Aurélio Filho esteve em Brasília para convencer os três senadores pernambucanos a não aprovarem o texto, que causaria, segundo os manifestantes, em vários prejuízos para a população em geral e à toda comunidade de Sesc e Senac. “Entendo a importância da Embratur, mas não é fazendo o desmonte do Sesc e Senac que o governo vai fortalecer a Embratur. Os estados do Nordeste serão impactados negativamente porque são os estados que recebem o principal subsídio”, apontou o vereador.

“Essa proposição foi do antigo governo federal e quando fomos à Brasília conversar com Humberto Costa, Teresa Leitão e Fernando Dueire, eles entenderam a nossa pauta e a nossa luta. E a gente está tentando conscientizar o Congresso de que esse corte não pode ser feito”, revelou Marco Aurélio.

Foto: Câmara Municipal do Recife/ASCOM

Na reunião da Câmara, o segundo vice-presidente da Fecomércio PE, Milton Tavares de Melo Júnior, representou o presidente Bernardo Peixoto. “Fazemos um apelo para que nossos senadores votem contrário a esse projeto para tentar reverter esse quadro”, argumentou Milton Tavares. “É um sistema que trabalha com verbas alocadas de um recurso que não é público. O recurso é das empresas e desse valor o governo ainda fica com um percentual, 1,5% por ser arrecadador. No Brasil, perderemos 31.000 vagas gratuitas no ensino profissionalizante; 7. 700 vagas de educação básica, também 120 milhões de atendimentos gratuitos e 2,6 milhões de toneladas de alimentos, na mesa do Brasil, vão deixar de ser distribuídas. Além de perder 29 centros de formação do Senac. Não podemos tirar do trabalhador para divulgar o Brasil no exterior”, pontou Milton Tavares.



A pauta dos manifestantes, diz que a redução do orçamento pode acarretar o encerramento das atividades do Sesc e do Senac em mais de 100 cidades brasileiras. Seriam fechadas 36 unidades do Sesc, com corte de 1.994 empregos e deixariam de ser investidos R\$ 121 milhões em atendimentos gratuitos.

Também haveria diminuição de 2,6 milhões de toneladas de alimentos distribuídas por programas como o premiado internacionalmente Mesa Brasil Sesc, supressão de 2,6 mil exames de saúde e de 37 mil atendimentos em atividades físicas e recreativas. Também haveria o corte de 2 mil apresentações culturais, com público estimado em 14 milhões de pessoas.

No caso do Senac, o desvio seria responsável pelo fechamento de 29 centros de formação profissional, encerramento de 31.115 mil matrículas gratuitas e mais de 7 milhões de horas-aula de cursos reduzidas. O fim das atividades representaria a demissão de 1.623 pessoas, além do fim de 23 laboratórios de formação específica para a área do Turismo. Em recursos destinados a atendimentos gratuitos, o corte seria de R\$ 140 milhões.

“A promoção do Brasil no exterior não pode ocorrer em detrimento dos interesses dos trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo e das demandas sociais e educacionais do povo brasileiro”, afirma o presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), José Roberto Tadros. Para ele, o Sistema CNC-Sesc-Senac não pode ser prejudicado porque “as consequências serão sofridas pelos trabalhadores dos diversos segmentos econômicos e pessoas que mais necessitam da garantia do acesso aos serviços básicos e fundamentais previstos em nossa Constituição da República”.



Ciranda no pátio da Câmara Municipal do Recife representou unidade dos trabalhadores do Sesc e Senac Foto: Jairo Lima/Movimento Econômico

Medida é inconstitucional

A medida, que não foi discutida pela sociedade, retira recursos de cursos profissionalizantes, tão necessários para a melhoria da vida da população, e de serviços sociais que chegam, muitas vezes, a lugares onde o poder público não chega.

Já é entendimento pacificado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que os valores destinados ao Sesc e ao Senac não são recursos públicos e, portanto, devem ser utilizados exclusivamente para o fim o qual está estabelecido na Constituição Federal. A finalidade legal do Sesc é proporcionar programas que contribuam para o bem-estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas famílias.

Somente em 2022, houve 5,4 milhões de pessoas inscritas em atividades como atendimentos médicos, odontológicos e de esporte, além de atividades sociais. E, ainda, 2,4 milhões de brasileiros são atendidos mensalmente pelo programa de combate à fome. Preocupado com a formação integral dos brasileiros, atualmente, há mais de 70 mil crianças e adolescentes matriculados nas escolas Sesc – que oferecem, gratuitamente, educação infantil e ensinos fundamental e médio de excelência reconhecida internacionalmente.

Na mesma linha, o Senac foi criado por lei para organizar e administrar escolas de aprendizagem comercial e manter cursos práticos, de formação continuada ou de especialização para os empregados adultos do comércio. Anualmente, o Senac tem 1,4 milhão de alunos matriculados em educação profissional, sendo 550 mil pessoas atendidas de forma gratuita, com uma oferta de mais de mil cursos de formação inicial e continuada, educação profissional técnica de nível médio, graduação tecnológica e pós-graduação. A qualidade educacional é indiscutível, já que o índice de inserção no mercado de trabalho de pessoas formadas pelo Senac é de 71,5%. De toda a receita



líquida da contribuição social destinada ao Senac pelos empresários brasileiros, 66,67% são aplicados diretamente em vagas gratuitas de ensino.

Na área do Turismo, Sesc e Senac são referência internacional. Anualmente, o Senac promove a capacitação de aproximadamente 150 mil profissionais para a cadeia produtiva do turismo, com 30 cursos livres específicos, além de centenas de cursos para atuação no segmento de bares e restaurantes, por exemplo. O Sesc é pioneiro do Turismo Social no Brasil, democratizando o acesso do público a este tipo de lazer. Em 2022, o Sesc teve 526 mil pessoas hospedadas em suas unidades hoteleiras, muitas delas atendidas por outros programas do serviço, como os voltados à terceira idade.

O presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac lembra que a possibilidade de retirar recursos de instituições que realizam um trabalho de comprovada e reconhecida qualidade não somente na formação e qualificação técnica dos trabalhadores, mas também na oferta e promoção do turismo para milhões de brasileiros é um retrocesso aos direitos dos trabalhadores do comércio e de seus familiares. “O Sistema CNC-Sesc-Senac repudia a proposta e confia na responsabilidade do Congresso Nacional para com os trabalhadores para evitar os prejuízos que afetam, direta e indiretamente, toda a sociedade. A medida, se concretizada, viola princípios constitucionais em relação aos quais tomaremos todas as medidas cabíveis para buscar a garantia da lei e do interesse maior da população brasileira”, enfatiza Tadros.

Pernambuco

Para o presidente do Sistema Fecomércio/Sesc/Senac-PE, Bernardo Peixoto, as ameaças de desvio de recursos que o Sistema Comércio vem sofrendo ao longo dos anos prejudicam não apenas as entidades, mas principalmente a sociedade, que desfruta dos produtos e serviços do Sesc e do Senac, reconhecidos pela excelência. “Além disso, corremos o sério risco de fechar unidades e diminuir os atendimentos, prejudicando a população que mais precisa dos nossos serviços. Em Pernambuco, o Sesc e o Senac são referência em bem estar social e formação profissional para os trabalhadores do comércio e a sociedade em geral. Não queremos deixar de atender os pernambucanos, muito pelo contrário, queremos ampliar nossos atendimentos e chegar até onde hoje não chegamos”, afirmou Peixoto.

Impactos previstos para o Sesc Pernambuco, segundo instituições reclamantes:

- Risco de desativar até 2 Unidades do Sesc PE;
- Corte de 60 a 89 funcionários em todo o Estado;
- Deixariam de ser investidos R\$ 3,6 milhões em Pernambuco;
- Diminuição de 100 mil kg de alimentos distribuídas por programas como o premiado internacionalmente Mesa Brasil Sesc;
- Corte de cerca de 200 apresentações culturais comandadas pelo Sesc PE;
- Cortes de mais de 400 mil atendimentos nas diversas áreas de atuação do Sesc Pernambuco, tais como, Educação, Lazer, Esporte, Cultura, Saúde e Assistência.

Impactos previstos para o Senac Pernambuco:

- Fechamento de 03 Unidades Educacionais, com 55 ambientes pedagógicos.
- Redução de 162 turmas.
- Redução do Atendimento a 40 Municípios.
- Redução de 6.800 atendimentos, dos quais 2.600 alunos em cursos de Formação Profissional.
- Menos 400 mil horas efetivas de ensino profissionalizante.
- Previsão de desligamento de 150 funcionários, representando 16% do quadro do SENAC/PE.
- Redução de 800 vagas de gratuidade.
- Redução da aplicação de até R\$ 13 milhões em cursos gratuitos e R\$ 1,5 milhão em cursos de Aprendizagem Profissional Comercial.

Números gerais dos prejuízos à população:

As perdas de 5% para o serviço social no Brasil proporcionado pelo Sesc representam:

- menos R\$ 121 milhões aplicados em atendimentos gratuitos;
- redução de 2,6 milhões de toneladas de alimentos distribuídos;
- menos 2,6 mil exames clínicos;
- queda de 7,7 mil matrículas em educação básica;
- redução de 37 mil atendimentos em atividades físicas e recreativas;
- menos 2 mil apresentações culturais com público de 14 milhões;
- fechamento de 36 unidades;
- corte de 1.994 postos de trabalho; e
- encerramento de atividades em 101 municípios.

As perdas de 5% para a educação profissional no Brasil representam:

- queda de 7 milhões de horas-aula gratuitas;
- perda de 31.115 matrículas gratuitas;
- fechamento de 29 centros de formação profissional;
- fechamento de 23 laboratórios em turismo;
- corte de 1.623 postos de trabalho; e
- encerramento de atividades em 95 municípios

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 19/05/2023

COMISSÃO DO SENADO REALIZA EM SUAPE A PRIMEIRA VISITA PARA DEBATE SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

Da Redação ME



O senador Fernando Dueire; o presidente de Suape, Márcio Guiot; o secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Guilherme Cavalcanti; e o senador Cid Gomes (CE). Foto: Suape/ASCOM

inovação com foco no chamado “combustível do futuro”.

O Porto de Suape foi escolhido pela Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde (H2V) do Senado para a primeira visita externa do colegiado, realizada nesta sexta-feira (19/5). No atracadouro pernambucano, os senadores conheceram a estratégia do estado para atrair negócios e se tornar um polo produtor, de pesquisa, desenvolvimento e

“Estudos realizados por empresas de pesquisa internacionais, como a BloombegNEF, indicam que o Brasil tem condições de se tornar um dos principais produtores e exportadores mundiais de hidrogênio verde e o Complexo de Suape oferece localização estratégica e as condições necessárias se transformar um dos principais polos de produção de H2V do país”, pontuou o secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Guilherme Cavalcanti.



O secretário fez uma apresentação para os senadores Cid Gomes, presidente da comissão, e Fernando Dueire, que integra o colegiado. Guilherme Cavalcanti destacou a infraestrutura do Porto de Suape e como a produção de H2V dialoga com a tradição de geração de energia limpa de Pernambuco – representada pelo etanol e usinas de biomassa do setor sucroenergético – e com a instalação recente de grandes projetos de energia solar e eólica no estado.

Foto: Suape/ASCOM

“Além de conhecer o que está sendo desenvolvido em Pernambuco, queremos nos colocar à disposição para contribuir nesse trabalho. O Brasil precisa amadurecer uma legislação, uma regulação, que possa dar segurança à iniciativa privada para que possam ocorrer investimentos na área de pesquisa e produção do hidrogênio verde”, comentou o senador Cid Gomes.



Foto: Suape/ASCOM

TechHub Suape

Um dos projetos apresentados ao colegiado foi o TechHub H2V, iniciativa liderada pela CTG Brasil (uma das principais empresas de geração de energia limpa no país), em parceria com o Departamento Nacional do Senai, Senai Pernambuco e o Governo de Pernambuco. O empreendimento contribuirá significativamente no processo de descarbonização do complexo, por meio do projeto Carbono Zero.

Idealizado em julho de 2022, o TechHub é uma plataforma de pesquisa, desenvolvimento e inovação, com foco no H2V. O empreendimento será voltado para a implementação, em Suape, de projetos inovadores nas áreas de produção, transporte, armazenamento e gestão de hidrogênio verde. Juntos, esses projetos receberão inicialmente investimentos de até R\$ 45 milhões. As propostas foram selecionadas por meio de chamada pública promovida pelo Senai e pela CTG Brasil.

Para o presidente de Suape, Marcio Guiot, o espaço será um ambiente voltado para novos modelos de negócio na transição energética. “Nosso objetivo é que seja um local preparado para receber novas tecnologias voltadas para o mercado da descarbonização. Isso reafirma o compromisso de Suape com a Agenda ESG (sigla em inglês para gestão ambiental, social e de governança)”, detalhou o executivo.

“Queremos atrair indústrias que tenham interesse em utilizar o combustível do futuro em suas atividades, para fomentar, cada vez mais, a cadeia de valor do hidrogênio verde no Brasil. Quando a planta estiver funcionando, o projeto pode vir a se transformar em um case de sucesso internacional”, acrescentou

Estrutura

O empreendimento ocupará uma área de 1,38 hectare, a apenas 1 quilômetro do edifício-sede de Suape. A estrutura contemplará usinas solares, três usinas de hidrogênio verde, conjunto de contêineres para o desenvolvimento de projetos, estações de abastecimentos de H2V, além de outros equipamentos que transformarão o porto pernambucano em um laboratório vivo em escala real, com toda infraestrutura necessária para o desenvolvimento, testagem e experimentação de soluções na cadeia do hidrogênio de baixo carbono. As obras vão ser iniciadas este ano e a operação da planta está prevista para 2024.

Comissão

A comissão do senado tem prazo de dois anos para debater políticas públicas sobre o hidrogênio verde (H2V), com o objetivo de fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e que incentivem a produção do combustível do futuro. O plano de trabalho do colegiado inclui visitas para conhecer as iniciativas já em andamento no país, a fim de obter subsídios que embasem a elaboração de políticas públicas que fomentem a tecnologia de geração de energia limpa.

“Estamos tentando oferecer uma contribuição ao futuro do planeta, com uma energia que possa ser competitiva e eficiente no médio e longo prazos. Nosso trabalho é sobretudo propor um conjunto de políticas públicas que possam balizar a produção de hidrogênio verde no Brasil, fortalecendo as bases tecnológicas na busca de diminuição de custos, aumento da eficiência, formação de capital humano, planejamento energético, regulação e cooperação internacional”, disse o senador por Pernambuco, Fernando Dueire.

Para o diretor de Inovação e Tecnologia do Senai Pernambuco, Ozziel Alves, o TechHub Hidrogênio Verde tem o potencial de contribuir de forma efetiva para a transição energética, por meio do desenvolvimento de novas tecnologias que possam viabilizar questões como produção, armazenamento e transporte desse e de outros combustíveis sustentáveis.

“A adoção do hidrogênio sustentável em escala industrial ainda é um desafio em todo o mundo. Com essa iniciativa, o Senai se propõe a colaborar com o fortalecimento de toda essa cadeia e, conseqüentemente, com a economia de baixo carbono”, pontua. “O TechHub é uma das estruturas que fazem parte do Cluster Suape de Inovação Industrial, que irá reunir indústrias, universidades, empresas de investimento e gestão pública no propósito de desenvolver projetos estruturantes para áreas como manufatura avançada, logística e transição energética”, acrescenta Ozziel.

O que é hidrogênio verde

O hidrogênio é uma matéria-prima que possui aplicação em diversos setores industriais, desde o segmento de alimentos até fertilizantes. Porém, sua produção ainda resulta em milhões de toneladas de emissões de CO₂ por ano na atmosfera. Adotando-se fontes de energias renováveis, produz-se o hidrogênio verde, chamado de H₂V, a partir da água, uma alternativa promissora na transição global para uma economia de baixo carbono.



Sobre Suape

Foto: Suape/ASCOM

Fundado há 44 anos, no Litoral Sul de Pernambuco, entre os municípios de Ipojuca e Cabo de Santos Agostinho, o Complexo Industrial Portuário de Suape é considerado uma das principais locomotivas de desenvolvimento do Estado, atraindo grandes empreendimentos em suas cadeias produtivas.

Situado a apenas 40 quilômetros do Recife, está instalado em uma área de 17,3 mil hectares (incluindo áreas adjacentes). Soma investimentos privados de 74,5 bilhões de reais, com mais de 80 empresas instaladas, gerando mais de 17 mil empregos. Exemplo em sustentabilidade, 59% do território ocupado pela estatal pernambucana compõem uma Zona de Preservação Ecológica (ZEPC). O atracadouro é o quinto porto público do Brasil em movimentação de cargas.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 19/05/2023

EXPORTAÇÕES PERNAMBUCANAS REGISTRAM QUEDA DE 20,5% EM ABRIL

Na pauta de produtos importados teve continuidade em abril do domínio de petróleo e seus derivados.

Da Redação ME



Porto de Suape /Foto: Rafael Medeiros/Governo de Pernambuco.

Em abril de 2023, as exportações pernambucanas apresentaram uma queda de 20,54%, em comparação ao mesmo período do ano passado, com vendas de US\$ 127,07 milhões. Já as importações tiveram um aumento de 5,74%, com um valor de US\$ 492,60 milhões. Com isso, em abril, o saldo negativo da balança cresceu 19,59%, com US\$

365,53 milhões, e a corrente de comércio ficou praticamente estável, com US\$ 619,67 milhões.

Os dados do são Comitê de Internacionalização do LIDE-PE. Com relação ao Nordeste, em abril de 2023 Pernambuco caiu para a 5ª posição no ranking de estados exportadores, atrás da Bahia, Maranhão, Piauí e Ceará, e manteve a segunda posição no ranking de estados importadores, atrás apenas da Bahia. “Ao considerarmos o cenário nacional, no mês em questão Pernambuco é o 18º estado nas exportações, e o 10º nas importações”, analisa Maurício Laranjeira, presidente do Comitê e autor do levantamento.

O óleo combustível é o campeão isolado das vendas ao exterior até o mês de fevereiro, e que havia ocupado apenas a 26ª posição em março, volta ao topo das exportações. O coque de petróleo aparece, novamente, na segunda colocação, com o açúcar assumindo a 3ª e 4ª posições, uvas na 5ª posição, mangas na 6ª, acumuladores elétricos na 7ª e na 9ª, automóveis na 8ª e resina pet na 10ª.

Como destaques positivos na comparação de abril de 2023 com o mesmo mês de 2022, o óleo combustível saiu de US\$ 29,4 milhões, para US\$ 47,8 milhões, e o coque de petróleo, que não apresentou exportações em 2022, alcançou US\$ 14,9 milhões em abril de 2023. Com relação às quedas nas vendas, a resina PET passou de US\$ 34,4 milhões exportados em 2022 para US\$ 2,4 milhões, e as vendas de automóveis, que caíram de US\$ 35,7 milhões exportados para US\$ 3,73 milhões.

Na pauta de produtos importados teve continuidade em abril do domínio de petróleo e seus derivados, com 04 produtos entre os 10 primeiros lugares e com 41% de todo o valor de importação no mês em questão, ficando a gasolina na primeira colocação.

Automóveis e suas partes, trigos, células solares e outras frações de sangue tiveram posições de destaque, nos dez primeiros, como nos meses anteriores. “Apesar de continuar com uma pauta muito mais diversificada do que nas exportações, em abril de 2023 nossas importações sofreram redução dos valores na maior parte dos produtos importados, com exceção de petróleo e derivados, que aumentou sua importância na pauta”, explica Maurício Laranjeira.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda
Data: 19/05/2023



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ APROVA LEILÕES DE TERMINAIS EM ALAGOAS E RIO GRANDE DO SUL

MAC 11 e MAC 12, no Porto de Alagoas, e POA01, no Porto do Rio Grande, são os primeiros certames de terminais aprovados pela ANTAQ em 2023



Porto de Maceió

Brasília 19/05/2023 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovou, em Reunião Ordinária de Diretoria dessa quinta-feira (18), a realização de certames para arrendamentos de terminais nos estados de Alagoas e Rio Grande do Sul.

Ao todo foram três terminais autorizados pela autarquia a serem licitados. Dois deles são no Porto de Maceió (AL): os terminais MAC 11 e

MAC 12, destinados à movimentação de combustíveis. Para o primeiro, são previstos investimentos de mais de R\$ 20 milhões e, para o segundo, a previsão é de mais de R\$ 37 milhões investidos. Ambos possuem o prazo de arrendamento de 25 anos.

Em seu voto, o relator dos três processos de autorização de leilão, diretor Lima Filho, ressaltou que, ao longo da elaboração processual do terminal MAC 11 de Maceió, houve a necessidade de divisão da área em dois terminais, o MAC 11 e o MAC 11A. Este segundo está em fase final de estruturação e logo passará para análise da Diretoria Colegiada.

“Vale ressaltar que a área MAC 11 seria maior do que a que se constata na versão atual dos estudos. Durante o debate público travado na fase de instrução processual foram levantadas preocupações de cunho concorrencial que ensejaram a divisão da área em duas, sendo elas a MAC 11 e MAC 11A. A segunda está na fase de ajustes finais dos documentos técnicos e será tema de deliberação pela Diretoria em breve”, disse.

O terceiro terminal autorizado pela Diretoria da ANTAQ para leilão é o POA 01, localizado no Porto do Rio Grande do Rio Grande (RS). Para o empreendimento, que terá o prazo de arrendamento de 10 anos, estão previstos investimentos de R\$ 17 milhões. O terminal é destinado à movimentação e armazenagem de granel sólido vegetal.

Os três terminais serão leiloados na forma de arrendamento simplificado. Nessa modalidade, regulamentada pelo Decreto 8.033/2013, os arrendamentos são isentos de audiência pública e podem também ser dispensados da análise de mérito pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em razão do pequeno porte e do reduzido risco apresentado.

Vale lembrar que essa é a primeira aprovação de certame de terminal no ano de 2023. Após a aprovação por parte da ANTAQ, o processo segue para o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) para aprovação e, em seguida, a marcação da data do leilão.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 19/05/2023



Com reforço orçamentário, Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, conseguiu finalizar 455 quilômetros de estradas revitalizadas em Pernambuco. Outras oito ações vão começar em 2023

- Foto: Márcio Ferreira/MT

O orçamento federal de R\$ 576,9 milhões para 2023 permitiu a retomada de obras e a revitalização de 455 quilômetros de rodovias que cortam Pernambuco. Com o valor, que é 2,6 vezes maior que os R\$ 218,7 milhões usados no ano passado, também foi possível contratar

sete projetos de restauração e de duplicação, da criação do Arco Metropolitano de Recife e até de construção de passarelas para pedestres.



Estas informações foram repassadas pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, à governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, durante reunião de trabalho nesta sexta-feira (19), em Recife. “O presidente Lula tem pedido essa aproximação com os governos estaduais. Vamos aplicar esse ano aproximadamente R\$ 600 milhões, sendo que R\$ 180 milhões já foram usados para a entrega de diversos trechos”, afirmou Renan Filho.

Ligação

A retomada do projeto do Arco Metropolitano de Recife é uma das principais obras planejadas para o estado. Com o objetivo de desviar o tráfego de veículos de carga pesada da região metropolitana do Recife, o empreendimento prevê a construção de uma pista dupla que ligue a BR-101 Norte à BR-101 Sul, ligando municípios e capitais do Nordeste sem a necessidade de percorrer trechos urbanos.

A revitalização da BR-232 de Recife a Caruaru também deve ter continuidade em 2023 assim como o início das obras de duplicação dessa mesma rodovia do trecho de 259,9 quilômetros, que vai de São Caetano a Serra Talhada. Outro ponto importante da reunião referiu-se à retomada das obras de duplicação da BR-104, de Caruaru a Toritama, que deve ocorrer ainda esse ano. Por fim, a obra de duplicação da BR-423, de São Caetano a Lajedo, deve ser iniciada no início do segundo semestre. Já a licitação do trecho de Lajedo a Garanhuns da mesma rodovia deve sair antes do fim do ano.

Transnordestina

O Governo Federal também busca uma solução para retomar as obras do trecho pernambucano da Ferrovia Transnordestina, de Salgueiro até o porto de Suape. “O governo Lula entende que não tem estratégia de desenvolvimento para o Nordeste que não leve em conta a importância que o estado de Pernambuco tem para nossa região. Assim, a Transnordestina deve passar por Piauí, Ceará e também Pernambuco”, destacou o ministro.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 19/05/2023



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – O PAPEL ESTRATÉGICO DO CAP

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A relação entre as cidades portuárias e os portos é essencial para o desenvolvimento harmonioso de ambas as partes. Uma boa convivência, pautada pelo respeito às comunidades locais e pela consideração das demandas regionais, é fundamental para alcançar o progresso sustentável. Nesse contexto, o Conselho da Autoridade Portuária (CAP) desempenha um papel estratégico na promoção dessa relação benéfica.

O primeiro webinar promovido pelo Conselho Maranhão Export, que reuniu ontem, dia 18, especialistas renomados, ressaltou a importância do fortalecimento do CAP. O professor Osvaldo Agripino de Castro Junior, doutor em Direito, destacou que o órgão deve retomar o protagonismo que lhe foi conferido pela Lei 8.630/93, reduzido consideravelmente pelas mudanças propostas na Lei dos Portos de 2013 (12.815/13).

Segundo o professor Osvaldo, a atuação do CAP deve ir além de um caráter meramente consultivo, permitindo que o órgão desempenhe funções ativas, como a produção de normas, a fiscalização e a homologação de nomes indicados às diretorias das autoridades portuárias. Ao ser mais deliberativo, o CAP estaria mais próximo das demandas locais e teria maior agilidade na resolução de questões relacionadas à relação porto-cidade, atualmente centralizadas em Brasília.



Uma relação porto-cidade bem estabelecida é benéfica para ambos os lados. O desenvolvimento portuário não pode prejudicar as comunidades locais, assim como as atividades urbanas não devem interferir negativamente nas operações portuárias. Essa coexistência harmoniosa só pode ser alcançada por meio de um diálogo efetivo e de uma gestão descentralizada, em que os problemas e desafios sejam tratados localmente.

A boa relação entre as cidades portuárias e os portos é um fator determinante para o desenvolvimento econômico, social e ambiental. É necessário reconhecer a importância do CAP como protagonista dessa relação, dotando-o de competências mais ativas e incentivando uma gestão

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

REUNIÃO ADIADA 1

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, adiou a reunião com o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, e o prefeito do Rio, Eduardo Paes, para tratar do desequilíbrio nas operações dos aeroportos Santos Dumont (RJ) e Galeão (RJ). O encontro estava agendado para a última terça-feira, dia 16, e, até ontem, uma nova data não tinha sido marcada. Segundo o secretário nacional de Aviação Civil, Juliano Noman, a solução para a questão está próxima.

REUNIÃO ADIADA 2

De acordo com fontes ligadas ao Ministério, França adiou a reunião devido a um pedido da concessionária do Galeão, a Changi, que afirmou precisar de mais tempo para decidir se continuará à frente da instalação. A empresa diz que não tem receita para pagar a outorga anual de R\$ 1,3 bilhão, mas o Governo já descartou reduzir o valor da outorga, definida no leilão de concessão ganho pela companhia. Uma solução é adotar medidas para transferir voos do Santos Dumont para o Galeão, aumentando o movimento deste último. Compromisso assumido O Governo vai federalizar 13 aeroportos de Goiás, transferindo-os para a Infraero. O compromisso foi assumido pelo ministro Márcio França ontem, dia 18, durante reunião com o governador goiano Ronaldo Caiado. Entre esses 13, está o aeroporto de cargas de Anápolis, com obras inconclusivas que já demandaram centenas de milhões de reais ao governo estadual.

PASSE LIVRE

Novas regras prometem facilitar e acelerar o cadastramento e a renovação no Passe Livre, programa do Governo Federal que garante acesso gratuito ao transporte coletivo interestadual, para pessoas de baixa renda e com deficiências - física, mental, auditiva, visual, múltipla, com ostomia ou doença renal crônica. O sistema, operado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), agora não exige que o atestado comprovando a deficiência seja o original (pode ser uma cópia). E o documento não tem mais prazo de validade. Outra melhoria é que quem tem Benefício de Prestação Continuada (BPC) terá menos campos para preencher.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2023

NACIONAL - IBAMA NEGA LICENÇA AMBIENTAL PARA PETROBRAS PERFURAR BACIA NA FOZ DO RIO AMAZONAS

Margem Equatorial promete potencial de cerca de 10 bilhões de barris de petróleo, mas abriga grande biodiversidade marinha

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



A Margem Equatorial tem grande potencial para descobertas de petróleo, próximo da Guiana, onde foram descobertos mais de 11 bilhões de barris Crédito: Divulgação/Petrobras

Após o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) negar licença ambiental para explorar um bloco de petróleo da Petrobras na foz do Rio Amazonas, o Ministério de Minas e Energia disse, em nota, que recebeu a decisão “com naturalidade e o devido respeito institucional”.

“A pasta já havia solicitado à Petrobras aprofundamento dos estudos para sanar maiores dúvidas quanto à viabilidade da prospecção da Margem Equatorial de maneira ambientalmente segura”, disse o Ministério de Minas e Energia.

A decisão do Ibama preocupou o governo com o futuro dos blocos arrematados na chamada Margem Equatorial. A região é considerada a nova fronteira petrolífera do Brasil e foi eleita pela Petrobras como uma de suas prioridades.

A foz do Amazonas é uma área que se estende por mais de 2.220 quilômetros do litoral do Amapá ao Rio Grande do Norte, próximo à Linha do Equador, e por isso faz parte da Margem Equatorial. O local tem grande potencial para descobertas de petróleo, próximo da Guiana, onde foram descobertos mais de 11 bilhões de barris.

A Guiana é uma das menores economias da América do Sul, mas devido a exploração de petróleo o Produto Interno Bruto (PIB) do país cresceu 62% no ano passado, com a exportação do produto. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI) a expectativa é que o crescimento anual do PIB da Guiana seja de 25%. O país tem menos de 800 mil habitantes.

Segundo a Petrobras, a área da foz do Amazonas promete potencial de cerca de 10 bilhões de barris, o que significa que o Brasil, atualmente, tem 14,856 bilhões de barris de petróleo de reservas privadas.

“Trata-se de um processo de reconhecimento do subsolo brasileiro, a partir da perfuração de apenas um poço, para fins de pesquisa, com o objetivo de verificar as potencialidades da região e, principalmente, as oportunidades para as brasileiras e os brasileiros”, reforçou o Ministério de Minas e Energia.

A região de Foz do Amazonas é considerada uma região sensível e socioambiental por abrigar unidades de conservação, vasta biodiversidade marinha e está muito próximo de terras indígenas, mesmo assim a Petrobras reservou US\$ 3 bilhões no plano estratégico de 2023 a 2027 para perfuração de dezesseis poços na área.

Segundo o site da Petrobras, o primeiro poço a ser explorado na área tem mais de 160 quilômetros do ponto mais próximo da costa do Oiapoque, no Amapá, e a mais de 500 quilômetros do Rio Amazonas.

A região também causa desentendimentos políticos. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, já chegou a considerar a região como o “novo pré-sal”. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, não é favorável à exploração na região.

O líder do governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues, anunciou a saída do partido Rede Sustentabilidade, da mesma sigla da Ministra Marina Silva. Ele defende o projeto de exploração da região nesta madrugada. “A decisão do Ibama contrária à pesquisas na costa do Amapá não ouviu o governo local e nenhum cidadão do meu estado. O povo amapaense quer ter o direito de ser escutado sobre a possível existência e eventual destino de nossas riquezas”, disse.

O senador do Amapá disse que vai recorrer da decisão do Ibama. “Junto a todas as instâncias do governo federal, reuniremos todos aqueles que querem o desenvolvimento sustentável do Amapá, para de forma técnica, legal e responsável lutarmos contra essa decisão”, completou.

A Petrobras também vai recorrer da decisão. Em nota publicada ontem, a empresa disse que “recebeu com surpresa a notícia” e quando for formalmente notificada da decisão do Ibama “exercerá seu direito de pedir reconsideração em âmbito administrativo”.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 19/05/2023

REGIÃO NORDESTE - NOVOS PODERES PARA OS CAP VÃO MELHORAR RELAÇÃO PORTO-CIDADE, DIZEM ESPECIALISTAS

Especialistas debateram sobre conceito em webinar promovido pelo Conselho Maranhão Export

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



Para o professor Osvaldo Agripino, o protagonismo do CAP diminuiu “muito” com as mudanças propostas pela nova Lei dos Portos Crédito: Reprodução/BE News

Reforçar a atuação do Conselho da Autoridade Portuária (CAP), permitindo que o órgão tenha funções mais ativas como produzir normas, fiscalizar, e homologar nomes indicados às diretorias das Autoridades Portuárias, melhora a relação porto-cidade.

A opinião é do professor e doutor em Direito, Osvaldo Agripino de Castro Junior, um dos participantes do primeiro webinar promovido pelo Conselho Maranhão Export, que debateu o conceito da relação porto-cidade.

A conversa foi transmitida pelo canal do BE News no Youtube (<https://www.youtube.com/@portalbenews>) e reuniu, além de Agripino, o engenheiro Urubatan Tupinambá; o ex-presidente do Porto do Itaqui, Ted Lago; e o professor da Universidade Federal do Maranhão, Sérgio Cutrim.

Para Agripino, é necessário que o CAP retome o protagonismo de seu nascimento (lei 8.630/93), que, na visão dele, diminuiu “muito” com as mudanças propostas pela nova Lei dos Portos (12.815/13).

Ele explica que uma boa relação porto-cidade é vital para o desenvolvimento dos dois envolvidos. “Tem que ter uma coexistência de se desenvolver sem deixar de respeitar as comunidades do entorno”, analisa.

Por ser regional, o professor acredita que o CAP deve voltar a ter um papel maior dentro da gestão dos portos, deixando de ser um órgão “meramente” consultivo. Isso porque o CAP teria mais conhecimento das demandas locais e mais celeridade para resolver problemas que envolvem a relação porto-cidade, o que não acontece hoje porque, com a nova lei, as decisões voltaram a ser centralizadas em Brasília.

“A cidade não pode ser prejudicada pela atividade portuária e nem a atividade portuária pode ser prejudicada pela cidade, mas esse debate precisa ser resolvido de forma local, não em Brasília. É preciso descentralizar”, diz.

Ted Lago ressaltou que em muitos lugares do mundo, os portos têm uma relação bastante conflituosa com as cidades. “Você vê mega estruturas portuárias mas entornos com muitos desafios

sociais. Penso que é preciso definir melhor o papel de cada um nessa mudança. O que é de responsabilidade das empresas, o que é dos governos e o que é da Autoridade Portuária?”, questionou.

Programação

Urubatan explicou durante o webinar que este foi o primeiro de uma série de mais três encontros previstos para 2023.

Os próximos debates, segundo ele, devem envolver temas como integração multimodal e custo Maranhão; a transição energética, modais de transporte e perspectivas para a próxima década; ferrovias autorizadas, novos portos, Arco Norte e Matopiba.

O webinar promovido pelo Conselho Maranhão Export está disponível na íntegra no canal do BE News no Youtube.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2023

REGIÃO NORDESTE - ITAQUI TEM MAIOR ALTA DA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS ENTRE OS PORTOS DO PAÍS NO MÊS DE MARÇO

Complexo maranhense movimentou 3,11 milhões de toneladas, segundo anuário estatístico da Antaq
Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



O volume operado em março no Porto do Itaqui representa um aumento de 22,38% ante o mesmo período de 2022 e um crescimento de quase três vezes a média nacional
Crédito: Divulgação

Entre os portos públicos do país, o Porto do Itaqui (MA) se destacou no mês de março em relação ao volume de toneladas movimentadas. No período, o complexo maranhense operou 3,11 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 22,38% ante março do ano passado e um crescimento de quase três vezes a média nacional. Os dados são do Anuário Estatístico Portuário

da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

No total, os portos organizados registraram movimentação de 37,83 milhões de toneladas durante o mês de março, crescimento de 1,7% em comparação a março do ano anterior.

Já o setor portuário brasileiro como um todo movimentou 104,5 milhões de toneladas, crescimento de 8,26% em comparação com o mesmo período de 2022.

Os Terminais de Uso Privado (TUPs) registraram 66,62 milhões de toneladas, aumento de 12,4% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O destaque em relação aos portos privados foi o Terminal de Tubarão (ES), com 6,75 milhões de toneladas, crescimento de 40,6% em comparação a março do ano passado. Em seguida, o Terminal Ponta da Madeira (MA), operado pela Vale, responsável por 31,6% do escoamento de minério de ferro no mês, registrou movimentação de 11 milhões de toneladas, o que representa uma variação positiva de 6,14%.

O Terminal de Petróleo Tpet/Toil, no Porto do Açu (RJ) e O Terminal Porto Sudeste do Brasil SA (RJ), também registraram movimentação expressivas, sendo o primeiro com 2,7 milhões de toneladas (+40,4%) e o segundo com 1,88 milhões de toneladas (+37,8%).

A movimentação de março englobando todo o setor ficou 0.025% abaixo do ano de 2021, quando o segmento portuário teve o seu recorde de movimentação: 107,16 milhões de toneladas transportadas.

Cargas

O crescimento no período foi puxado pela movimentação mineral, que contabilizou 34,84 milhões de toneladas, aumento de 10,5% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Só de minério de ferro, o setor portuário movimentou 28,55 milhões de toneladas, crescimento de 12,52%.

A movimentação agrícola também se destacou, com 29,2 milhões de toneladas movimentadas em março, alta de 11,45% em comparação ao mesmo período do ano anterior. A soja foi o grande destaque agrícola, com 18,5 milhões de toneladas movimentadas, crescimento de 14,8% em comparação ao mesmo mês do ano passado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2023

REGIÃO NORDESTE - CEARÁ: ALEMÃES E BANCO MUNDIAL APRESENTAM ESTUDOS A PARTIR DO HUB DE HIDROGÊNIO VERDE

Foram discutidas possibilidades que podem surgir com a nova operação

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



O governador do Ceará, Elmano de Freitas, secretários e representantes do Grupo de Trabalho do Hidrogênio Verde assistiram à apresentação no Palácio da Abolição Crédito: Divulgação/Governo do Ceará

O governador do Ceará, Elmano de Freitas, reuniu na quarta-feira (17), no Palácio da Abolição, secretários de Estado, representantes das universidades e do setor privado para a apresentação dos estudos sobre o desenvolvimento e o uso de energias renováveis do hub de hidrogênio verde (H2V) que será implantado no Complexo do Pecém.

OS ESTUDOS FORAM DESENVOLVIDOS PELA AGÊNCIA ALEMÃ DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL GIZ, E O BANCO MUNDIAL. AMBOS SÃO PARCEIROS DO GRUPO DE TRABALHO DO HIDROGÊNIO VERDE DO CEARÁ, QUE É FORMADO POR REPRESENTANTES DO GOVERNO DO CEARÁ; UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ; FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO CEARÁ (FIEC); E COMPLEXO DO PECÉM; ALÉM DE OUTRAS INSTITUIÇÕES.

Os estudos foram desenvolvidos pela agência alemã de cooperação internacional GIZ, e o Banco Mundial. Ambos são parceiros do Grupo de Trabalho do Hidrogênio Verde do Ceará, que é formado por representantes do Governo do Ceará; Universidade Federal do Ceará; Federação das Indústrias do Ceará (Fiec); e Complexo do Pecém; além de outras instituições.

O estudo da GIZ, apresentado de forma virtual por Jorge Boeira, CEO da Cognitio Consultoria, compreende o impacto do H2V na indústria brasileira e avalia o potencial doméstico para fornecer os vários componentes da cadeia produtiva de H2V no Ceará.

Segundo Boeira, a conclusão é que aproximadamente 50% do valor dos equipamentos e insumos que compõem a planta de hidrogênio verde podem ser produzidos pela indústria nacional.

No Ceará, há oportunidades para as pequenas e médias empresas, especialmente nos setores em que já existem competências no estado: produtos de metalurgia, insumos químicos, materiais elétricos e serviços.



Sobre os desafios, o setor ainda necessita de regulação, incentivos e financiamento adequados, melhoria da infraestrutura de transporte e logística para a distribuição.

O estudo propõe ainda uma Agenda de Competitividade e Estratégia Integrada, com ações que compreendem a difusão do conhecimento e das oportunidades de H2V; melhoria da infraestrutura do Estado; e um programa de estímulo ao consumo do combustível no Ceará e no Nordeste.

Já o estudo do Banco Mundial, realizado sob solicitação do Governo do Ceará, trouxe resultados da análise estratégico-financeira da implementação do Programa Renda Social, obtida a partir da produção de energia solar. O estudo foi apresentado de forma virtual pelo diretor do Banco Mundial, Carlos Costa.

O foco do projeto piloto será em comunidades dos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, na região do Complexo do Pecém (CIPP). A ideia é implantar usinas solares que serão geridas pelas comunidades para atender, com o apoio do Estado, áreas como agricultura familiar, educação, saúde e abastecimento.

A secretária da Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Sandra Monteiro, pontuou o papel das universidades e instituições de pesquisa nesse projeto. “Fiquei muito feliz porque os dois estudos trazem oportunidades. As universidades, para além da academia, devem ter um olhar para o empreendedorismo e gestão pública. Integração é a palavra-chave para o desenvolvimento”.

***SOBRE OS DESAFIOS, O SETOR AINDA NECESSITA DE REGULAÇÃO,
INCENTIVOS E FINANCIAMENTO ADEQUADOS, MELHORIA DA
INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA PARA A
DISTRIBUIÇÃO.***

O governador pontuou que os estudos serão fundamentais para compreender melhor os desafios e as oportunidades na descarbonização e uso das energias renováveis para promover inclusão social.

“Uma mudança de matriz energética é um processo que exige muito esforço para que aconteça. Estamos em uma fase de construção, conversando com os investidores e trabalhando para incluir os excluídos”, disse Elmano.

Ainda segundo ele, os investimentos em hidrogênio verde servirão para industrializar o Ceará e o Nordeste brasileiro.

“Não queremos só produzir. Queremos também desenvolver a capacidade tecnológica para o nosso povo produzir. Precisamos ainda de regulamentação para fortalecer o diálogo do Brasil com o mundo. Temos muito trabalho a realizar para fazer história e mudar ainda mais a vida dos cearenses”, afirmou.

A secretária das Relações Internacionais, Roseane Medeiros, falou que os estudos demonstram a importância das parcerias para o desenvolvimento dos projetos de hidrogênio verde no Ceará.

“Agora, nosso grande desafio é que a primeira planta comece a se viabilizar. A partir disso, a cadeia econômica se movimentará e a vida das pessoas mudará. O momento é de trabalhar”, afirmou.

O presidente do Complexo do Pecém, Hugo Figueiredo, enfatizou que o Ceará ocupa uma posição diferenciada no movimento mundial de transição energética, inclusive com 30 memorandos assinados com empresas interessadas na produção.

Destes, três já avançaram a pré-contratos selados e têm área reservada na Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Ceará: Fortescue, Casa dos Ventos e AES. A soma de investimento é estimada em US\$ 8 bilhões.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 19/05/2023

REGIÃO SUL - PORTO DE ITAPOÁ FECHA NOVO SERVIÇO PARA LIGAÇÃO DIRETA COM PORTOS DA ÁSIA

Chamado de FIL, ele pretende conexão da América Latina com importantes portos asiáticos
Por Cássio Lyra redacao@portalbenews.com.br



A parceria foi firmada entre representantes da diretoria do Porto de Itapoá com o grupo HMM (Hyundai Merchant Marine) em Busan, na Coreia do Sul Crédito: Divulgação

O Porto de Itapoá, em Santa Catarina, anunciou um novo serviço que vai ligar o terminal portuário catarinense com os portos do continente asiático. Chamado de FIL (Far East – India – Latin America), a parceria foi firmada entre representantes da diretoria do Porto de Itapoá com o grupo HMM (Hyundai Merchant Marine) em Busan, na Coreia do

Sul.

O serviço FIL visa a conexão da América Latina com importantes portos asiáticos, tais como: Busan, na Coreia do Sul, Xangai, na China, Singapura, Jacarta (Indonésia) e Kattupalli (Índia).

Conforme anunciado no encontro na Coreia, o primeiro navio a atracar em Itapoá será o MV. Hyundai Shanghai ETA IOA, que chegará no dia 8 de julho ao Brasil.

“Esse é um serviço relativamente novo oferecido pela HMM, mas muito interessante para transações comerciais com a Ásia. É mais uma opção oferecida aos nossos clientes que negociam cargas com países do continente”, afirmou Sergni Pessoa Rosa Jr., diretor de Operações, Tecnologia e Meio Ambiente do Porto Itapoá.

O serviço FIL foi anunciado pela HMM em outubro de 2021 e iniciou suas operações já em dezembro do mesmo ano. Devido aos impactos da pandemia da Covid-19, sofreu algumas alterações e agora retoma sua formatação original.

Os executivos do Porto Itapoá foram recebidos pela equipe da HMM: o gerente geral adjunto Equipe de Planejamento de Rede, WJ Kim; o gerente sênior, Equipe Global de Compras e Operações de Terminais, SeungKi Chang; o gerente sênior, Equipe de Gerenciamento de Comércio Emergente, S. C. Lee; o gerente sênior, líder Equipe Global de Compras e Operações de Terminais, Y. D. Yun; o gerente, Equipe de Gerenciamento de Comércio Emergente, Inkuk Kim; o gerente, Equipe de Gerenciamento de Comércio Emergente, Hyoyeon Kim.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2023

REGIÃO SUDESTE - MAIS DE UMA TONELADA DE COCAÍNA É INTERCEPTADA EM CARGA NO PORTO DE SANTOS

Segundo as autoridades, contêiner com a droga seria enviada para a Alemanha, com baldeação na Bélgica

Por Cássio Lyra redacao@portalbenews.com.br



Os tabletes de cocaína encontrados no contêiner com lâminas de aço totalizaram 1.100 kg e foram encaminhados para a delegacia da Polícia Federal em Santos Crédito: Divulgação/Receita Federal

Equipes da Receita Federal e da Alfândega de Santos interceptaram mais de uma tonelada de cocaína que seria transportada do Porto de Santos para a Europa na manhã

de quarta-feira (17). Segundo as autoridades, o entorpecente tinha como destino a Alemanha, mas faria baldeação no Porto de Antuérpia, na Bélgica.

A Receita informou que, para a seleção da carga, foram utilizados critérios objetivos de gerenciamento e análise de risco, bem como a inspeção por imagens de escâner e a participação de um cão farejador.

De acordo com a Receita, equipes que executam trabalhos de rotina de vigilância e repressão aduaneiras encontraram a droga escondida em meio a um carregamento de 24 toneladas de lâminas de aço. O cão farejador da entidade sinalizou positivo para a presença de drogas no contêiner.

Após a retirada de todos os tabletes do entorpecente do carregamento, foram somados 1.100 kg de cocaína.

Nos trabalhos de quarta-feira, a Alfândega de Santos contou com a colaboração de servidores da Receita Federal vindos de outras cidades para reforçar as ações de vigilância e repressão realizadas pela unidade.

Após a confirmação da contaminação, a Polícia Federal foi acionada e deu início aos procedimentos de polícia judiciária, bem como a perícia no local dos fatos.

A droga foi apreendida e levada para a delegacia da PF, em Santos. As investigações prosseguem a partir das informações obtidas pela Receita Federal. Até o momento, ninguém foi preso.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2023

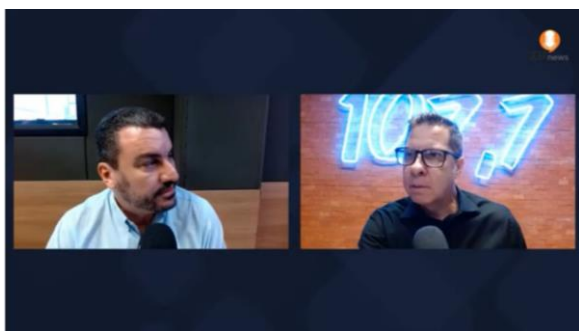
REGIÃO SUDESTE - JULIÃO FAZ BALANÇO DO SANTOS EXPORT E FALA DAS EXPECTATIVAS PARA O NORDESTE EXPORT

CEO do Brasil Export comentou sobre os fóruns regionais no Programa ZR News

Por **CÁSSIO LYRA** redacao@portalbenews.com.br

“O Santos Export bateu todos os recordes. Mais de 400 pessoas participando presencialmente, entre conselheiros, autoridades e convidados dos nossos patrocinadores. E tivemos a participação de mais de 2,8 mil online. Números importantíssimos, números que impressionam. Mostra a importância do Porto de Santos”, disse.

Entre as novidades da edição, foi a criação do “Movimento pelo Sim”, anunciado por Ricardo Molitzas, presidente do Conselho do Santos Export e diretor-executivo do Sindicato dos Operadores Portuários de São Paulo (Sopesp). Para Julião, a questão dos acessos está ligada ao impacto da população, não somente ao setor portuário.



Segundo Fabrício Julião, o Porto de Cabedelo, anfitrião do Nordeste Export, tem muito a crescer, com oportunidades para empresários e investidores Crédito: Reprodução/ZR News

PRECISAMOS TER NOVOS ACESSOS E NÃO A DISCUSSÃO DE PROJETOS A MÉDIO E LONGO PRAZO. PRECISAMOS QUE O GOVERNO DO ESTADO POSSA APRESENTAR SOLUÇÕES PARA ESSE PROBLEMA”

FABRÍCIO JULIÃO
CEO do Brasil Export

“É sempre bom fazer o evento em casa e discutir o principal porto do Brasil. Temos discussões que não impactam somente o porto, mas também o impacto na relação porto-cidade. Um tema importante, e que a população precisa participar. Inclusive fizemos o lançamento do pacto sim, que é

a questão dos acessos. Precisamos ter novos acessos e não a discussão de projetos a médio e longo prazo. Precisamos que o Governo do Estado possa apresentar soluções para esse problema. Isso está diretamente ligado ao porto e tem impacto direto na vida do cidadão”, analisou.

A edição deste ano foi a 21ª do Santos Export, que iniciou seus trabalhos em 2003. Fabrício Julião comentou sobre o processo e aprimoração dos fóruns ao longo dos 21 anos.

“Começamos o Santos Export em 2003. Tínhamos, na época, um ambiente em que os empresários não queriam se sentar à mesma mesa. As autoridades a uma distância absurda de Brasília. Me lembro que ficávamos um ano sem a presença de um ministro no Porto de Santos. Quando vinha, era um grande acontecimento. Hoje temos uma realidade completamente diferente, temos um ministro que é da região, que faz questão de estar aqui semanalmente, cumprindo agenda, incentivando projetos. Foi um grande trabalho conquistado ao longo desses 21 anos”, disse.

Nordeste Export

No próximo mês de junho, o Grupo Brasil Export vai até João Pessoa, capital da Paraíba, onde o Porto de Cabedelo será anfitrião do Nordeste Export. O fórum acontecerá nos dias 19 e 20 de junho. Para Julião, depois de Santos, trata-se do maior evento regional do grupo. Segundo o CEO do Brasil Export, a expectativa é que representantes de Singapura estejam na delegação da região Nordeste.

“Depois de Santos, eu diria que é o maior dos fóruns regionais. O presidente do Porto de Cabedelo, Ricardo Barbosa, tem dado apoio total ao fórum. Tenho falado com o governador João Azevêdo, que confirmou participação. É importante quando a gente chega a um estado e o ponto de partida é esse com o governo anfitrião, e isso está acontecendo na Paraíba. O Porto de Cabedelo tem muito a crescer, tem muita possibilidade e muitas oportunidades aos empresários e investidores. Devemos levar representantes de Singapura para conhecer as instalações de Cabedelo. As expectativas são as melhores possíveis”, comentou.

Todas as quintas-feiras o ZR News, com apresentação do jornalista Zerri Torquato, é voltado para os assuntos portuários, além de ter o quadro Santos Export. O programa pode ser acompanhado também pelo <https://portalbenews.com.br>.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2023

OPINIÃO – ARTIGOS - PORTUGAL, A SUA POSIÇÃO OCIDENTAL E AS OPORTUNIDADES PARA A AFIRMAÇÃO DO SETOR DE LOGÍSTICA



ISABEL CALDEIRA CARDOSO
Vice-presidente da aicep Global Parques
opinioao@portalbenews.com.br



Portugal tem uma localização periférica face às outras economias da Europa. Um facto que, à partida, parece um inconveniente, torna-se numa vantagem quando pensamos na sua posição atlântica, que confere ao país uma vocação logística na ligação das economias nacional, ibérica e europeia ao mundo.

Somos a Oeste uma porta aberta para o Atlântico, uma ponte transatlântica para as Américas, e a Este, um ponto de entrada privilegiado na União Europeia, a partir do Médio e Extremo Oriente. A Norte, temos ligações com rotas económicas estratégicas e, a Sul, asseguramos uma plataforma estratégica para os mercados africanos e países de língua portuguesa. Portugal é uma porta para um mercado de 500 milhões de pessoas na Europa, e para 250 milhões de consumidores de língua portuguesa.



A logística assume-se como um vetor de competitividade para as empresas portuguesas, quer na vertente da importação eficiente de fatores de produção, quer na ligação das exportações, de forma eficaz, com os mercados clientes, assumindo um papel fulcral na economia nacional.

Os portos devem a sua evolução ao resultado da sobreposição de quatro fatores: a geografia, as infraestruturas de transporte, as redes logísticas e a economia. Existe uma forte relação entre eles, sendo que a geografia é o de mais difícil “intervenção”. Desde logo, face à geografia, a economia e as redes de transporte e logísticas desenvolvem-se, adaptando-se e fortalecendo-se.

Nesta perspetiva, os portos de mar têm um papel de interface ao conectar as infraestruturas de transporte internas com as externas, assumindo um papel chave na base das cadeias de valor globais, pois a sua eficiência, a sua conectividade e a sua produtividade têm implicações nas cadeias de produção, montagem, repartição da produção por geografias, beneficiando, globalmente, das vantagens de cada região.

No contexto atual, de invasão da Ucrânia pela Rússia, a questão da Logística da Energia tornou-se primordial. Portugal e a Península Ibérica podem ter um papel fundamental no abastecimento energético da Europa. A articulação de Portugal com um conjunto de países africanos que são fornecedores de energia, o facto do país ser a porta de entrada de produtos energéticos vindos do outro lado do Atlântico, como por exemplo o GNL dos EUA, e a existência de infraestruturas para acolhimento e exportação para a Europa são vantagens competitivas para Portugal nesta vertente – e daí todos os esforços para ultrapassar os constrangimentos que dificultam o transporte do gás até França via gasoduto e, daí, para o resto da Europa.

A Portugal, o gás natural chega principalmente por mar, em navios metaneiros, ao Porto de Sines, onde é armazenado no terminal de GNL da REN. Por terra, há apenas dois gasodutos: um que liga Campo Maior a Badajoz e outro que liga Valença do Minho a Tuy. Quanto à vizinha Espanha, o país está ligado ao gás natural produzido no norte de África por dois gasodutos, através de Tarifa e Almeria (o Maghreb-Europe Gas, que liga a Marrocos, e o Medgaz, que liga à Argélia). Na fronteira com França (País Basco e Navarra), há outros dois gasodutos: um entre Irun, do lado espanhol, e Biriattou, do lado francês; e um segundo em Larrau. Em 2022, bateu-se o record para as construtoras de navios, onde a Coreia do Sul tem liderança, no que diz respeito a contratos para navios metaneiros, o que mostra a aposta neste tipo de abastecimento.

Para além das oportunidades no setor energético, não esquecer as do setor agro, nomeadamente o papel que Portugal pode assumir nas importações de produtos agroalimentares da América do Sul. O Brasil, um dos principais exportadores de cereais, principalmente de soja e de frutas, é um alvo muito importante para reforçar o papel de Portugal no setor, como alternativa aos portos do Norte da Europa, com adição de valor, nomeadamente de embalagem, preparação de polpas, sumos, pesagem e etiquetagem, entre outras.

O Porto de Sines e a Zona de Atividade Logística de Sines Intra portuária e Extra portuária, esta última sob gestão da aicep Global Parques, trabalham ativamente para a criação de um hub logístico para a entrada de produtos agro brasileiros no mercado ibérico e europeu, apostando em: crescimento da escala – ampliação do terminal de contentores XXI e planeamento para um novo terminal de contentores “Vasco da Gama” em Sines; integração das cadeias de abastecimento – desenvolvimento da Zona de Atividades Logísticas (ZalSines) contígua ao Porto de Sines e aposta nas acessibilidades, com investimentos prioritários na ferrovia e na rodovia; digitalização da logística, com a Janela Única Logística, ferramenta de gestão dos fluxos de informação ao longo da cadeia logística, simplificando e desmaterializando as ações; aposta na qualificação de RH, com a cooperação com escolas profissionais, contribuindo para manter e especializar a competência logística nos conteúdos programáticos; e conectividade – o Porto de Sines tem ligações regulares diretas de carga em contentores aos principais mercados mundiais de produção e consumo, sendo o primeiro porto europeu nas rotas atlânticas.

Neste processo são fundamentais a atitude social positiva, a possibilidade de criação de sinergias entre promotores e a eficácia na criação de negócios vertentes, onde Portugal deve apostar na simplificação de procedimentos e na agilização dos processos de licenciamento.

SOMOS A OESTE UMA PORTA ABERTA PARA O ATLÂNTICO, UMA PONTE TRANSATLÂNTICA PARA AS AMÉRICAS, E A ESTE, UM PONTO DE ENTRADA PRIVILEGIADO NA UNIÃO EUROPEIA, A PARTIR DO MÉDIO E EXTREMO ORIENTE. A NORTE, TEMOS LIGAÇÕES COM ROTAS ECONÔMICAS ESTRATÉGICAS E, A SUL, ASSEGURAMOS UMA PLATAFORMA ESTRATÉGICA PARA OS MERCADOS AFRICANOS E PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. PORTUGAL É UMA PORTA PARA UM MERCADO DE 500 MILHÕES DE PESSOAS NA EUROPA, E PARA 250 MILHÕES DE CONSUMIDORES DE LÍNGUA PORTUGUESA.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2023

NACIONAL – VITRINE

VITRINE



CÂNDICE LA TERZA
candice@portalbenews.com.br

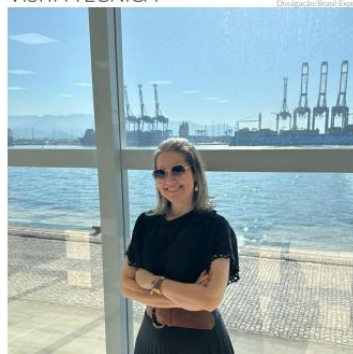
Para os eventos que fazem a diferença, esta é a sua **Vitrine**

SANTOS EXPORT



Ainda sobre o Santos Export (dias 15 e 16), as queridas e competentes que prestigiaram e abrilhantaram o tão concorrido evento, a assessora Jurídica do Sindicato dos Operadores Portuários de Pernambuco – Sindope e dos Ogmos Recife e Suape, Leide Virtuoso, a conselheira Jurídica do Brasil Export e assessora Jurídica do Sindicato dos Operadores Portuários de São Paulo - Sopesp, Gislaine Herédia, a Relações Institucionais do SOPESP Marcelli Melo, e a conselheira Jurídica do Brasil Export e assessora Jurídica do Sindope e dos OGMOS de Recife e Suape, Paula Katarina de Freitas.

VISITA TÉCNICA



A conselheira do Brasil Export, Millena Siqueira, Gerente de Projetos da Stone Consultoria e Especialista em Concessões da Metric1 em visita técnica à Eldorado, durante a programação do Santos Export.

EM BRASÍLIA



Em reunião importante com o Ministério dos Portos e Aeroportos, em Brasília, esta semana, o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq, Eduardo Nery, os diretores da Antaq, Alber Vasconcelos e Caio César Farias Leônico, a diretora-executiva da Federação Nacional das Operações Portuárias - Fenop, e diretora do Mulheres & Portos, Cristina Dutra, e o conselheiro de administração da Fenop, Watson Barros Valamiel.

PARANÁ-LISBOA



Na última segunda-feira (dia 15), o gerente de Negócios na Celepar, Marcelo Luiz Hummelgen, e o diretor-executivo do Portugal Export, Marcelo Sobreira, durante o evento: Conexão de Negócios Paraná-Lisboa, que tem o objetivo de incrementar a agenda de negócios, turismo, inovação e infraestrutura.



HAPPY-HOUR

Num encontro descontraído, pós Santos Export, para manter os assuntos em dia, atualizar projetos e, claro, fomentar negócios, a diretora Jurídica da MSC, Luciana Marques, da advogada e professora de direito Marítimo da Universidade Santa Cecília, Maria Cristina Gontijo, e a delegada de polícia federal aposentada e consultora portuária, Luciana Fuschini Nave.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 19/05/2023



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

AUTORIDADE PORTUÁRIA E SOPESP TRABALHAM JUNTOS POR TERCEIRA PISTA PLANALTO-BAIXADA

Informações: Autoridade Portuária de Santos (19 de maio de 2023)



Nova ligação rodoviária é objetivo comum da administração do Porto de Santos e dos operadores portuários – Foto: APS

Enfrentar juntos os desafios logísticos para garantir o atendimento da demanda crescente dos usuários do Porto de Santos, dentre eles a necessidade de implantação de uma terceira via de ligação entre o Planalto e a Baixada, uma vez que o sistema Anchieta-Imigrantes apresenta claros sinais de saturação, com reflexos diretos nas atividades portuárias. Este um dos consensos do encontro, realizado nesta sexta-feira (19/5), entre a Autoridade Portuária de Santos (APS), comandada pelo presidente

Anderson Pomini, e o Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (SOPESP), sob a liderança do presidente Régis Prunzel e do diretor-executivo Ricardo Molitzas. Participaram da reunião, pela APS, seus diretores, e pelo SOPESP o vice-presidente, conselheiros e demais membros do órgão representativo.

O estabelecimento do diálogo direto entre APS e SOPESP já começou com a abordagem de temas como cronograma de dragagem, a perimetral da margem esquerda, a manutenção dos acessos à margem direita, a questão dos congestionamentos em Cubatão, a segurança do Porto e das operações, a busca conjunta de recursos federais para obras diversas, o túnel Santos-Guarujá e até a questão das tarifas cobradas dos 37 operadores que integram o Sindicato.

A necessidade de um novo acesso rodoviário à Baixada ficou latente na reunião, com SOPESP e APS manifestando compromissos de juntarem esforços no sentido de dar início aos processos pela viabilização da terceira rodovia, levando-se em conta que várias etapas precisam ser vencidas até a concretização da obra, o que pode demorar alguns anos.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 19/05/2023



DIRETOR DA ELDORADO BRASIL CELULOSE APRESENTA RESULTADOS OBTIDOS PELA ADOÇÃO DE PRÁTICAS DE ESG

Informações: Correio do Estado (19 de maio de 2023)

Como continuidade da série de reportagens da parceria inédita entre Correio do Estado e Sistema Fiems sobre a importância do conceito ESG – ambiental, social and governance –, o qual envolve melhores práticas ambientais, sociais e de governança e como as empresas brasileiras estão inseridas nessa agenda, o diretor de Recursos Humanos, Sustentabilidade e Comunicação da Eldorado Brasil Celulose, Elcio Trajano Junior, demonstra como a indústria em que trabalha, que há mais de 10 anos atua em Mato Grosso do Sul, adotou ações que resultam em alta performance produtiva e que são destaque no mercado global, aliadas à sólida conduta de respeito ambiental.

“Cada etapa da produção de celulose precisa estar conectada com o ambiental, por meio de um manejo florestal adequado e do uso responsável dos recursos naturais, com responsabilidade social, com atenção às pautas que impactam nossa comunidade e com governança, por meio de gestão transparente. Essa combinação nos dá condições para executar um trabalho importante para o Brasil e, ao mesmo tempo, garante a perenidade do nosso negócio”, pontua.

Com mais de 260 mil hectares de florestas plantadas no Estado e mais de 116 mil hectares de áreas conservadas, a Eldorado comprova que a gestão com base em ESG traz resultados que influenciam a empresa, o mercado e a sociedade.

Sua conduta criou condições para que, em 2020, a companhia se tornasse signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), iniciativa que engaja empresas e organizações na adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e que amplia ainda mais seu compromisso com o uso responsável dos recursos naturais e com o planeta.

SUSTENTABILIDADE COMPARTILHADA

A operação da Eldorado Brasil segue rígidos critérios ambientais para a produção de celulose de qualidade. Ou seja, para a entrega do produto final, toda a cadeia necessita estar alinhada. Um dos maiores resultados desse trabalho é o compromisso com a absorção de gases do efeito estufa da atmosfera.

Quando comparado o número de emissões de CO² versus a remoção do gás a partir das florestas, a empresa tem um saldo acumulado de 12 vezes mais carbono removido do que emitido para o mesmo período de tempo (10 anos), resultado extremamente positivo e que reforça o papel das florestas plantadas.

As áreas de cultivo e de conservação permitem também que inúmeras espécies se abriguem e se perpetuem. A Eldorado faz monitoramentos constantes de fauna e de flora e já identificou mais de 800 espécies de animais e de plantas em suas florestas, sendo mais de 20 ameaçadas de extinção.

Nessas áreas, os plantios são planejados para que possam conectar fragmentos da vegetação nativa com as áreas de conservação, formando verdadeiros corredores de biodiversidade, que servem de conectividade para o trânsito da fauna local e de propagação de espécies nativas da flora existente.

Utilizando alta tecnologia para monitorar focos de incêndios, a Eldorado Brasil reduziu em mais de 30% o número de áreas afetadas por queimadas no ano passado. A empresa também oferece treinamento de brigadista para colaboradores e disponibiliza um canal direto e um treinamento à comunidade, nesses casos em época de seca.

Um dos compromissos de sustentabilidade na Eldorado Brasil é a educação ambiental. Um time preparado atua em escolas e em assentamentos e participa de atividades em inúmeras instituições, com informações lúdicas e pedagógicas sobre o respeito ao meio ambiente.

Na fábrica, o processo produtivo tem circuitos fechados, que fazem a recuperação dos produtos químicos, retornando-os ao processo de produção da celulose. Ainda utilizando o conceito de



economia circular, os principais resíduos gerados são transformados em subprodutos e comercializados, como o caso da lama de cal, do lodo biológico e das cinzas das caldeiras, que servem de corretivo de solo, por exemplo.

O consumo responsável dos recursos naturais, entre eles a água, serve de modelo ao setor. Devolve-se para o rio cerca de 85% de toda a água captada, em condições ambientais e atendendo à legislação. O restante segue como fator de umidade no produto, e uma pequena parcela volta ao meio ambiente no processo de evaporação.

ENERGIA VERDE

Ainda utilizando todo o ciclo de bioproduto, a Eldorado Brasil desenvolveu técnica pioneira de utilização de 100% da madeira do eucalipto para transformar em biomassa e gerar energia verde. Desde 2021, a Usina Termelétrica (UTE) Onça Pintada, instalada no complexo industrial, gerou 127 mil megawatts por hora (MWh) no primeiro ano de operação e tem capacidade para abastecer uma cidade de 700 mil habitantes.

Para produzir esse tipo de energia, a Eldorado utiliza a biomassa feita a partir da madeira de eucalipto não aproveitada na produção de celulose, o que configura o uso de 100% da matéria-prima, uma inovação no setor de celulose no mundo.

A planta de celulose também é autossuficiente na geração de energia de fontes renováveis para o próprio consumo, e seu excedente pode ser vendido ao mercado. A quantidade produzida de energia excedente vendida é próxima de 50 MWh. Isso dá à Eldorado condições para abastecer 1,4 milhão de pessoas com energia limpa e renovável, unindo operações da indústria e da UTE Onça Pintada.

CRESCIMENTO PARA TODOS

Investimentos frequentes em inovação e nas pessoas ajudam a explicar as razões de a companhia apresentar números tão surpreendentes. Um dos destaques do ano passado, por exemplo, foi a produção de celulose equivalente a 11 anos de operação da fábrica, mas atingida em apenas 10 anos.

Uma empresa do porte da Eldorado exerce grande influência nas regiões onde atua. Exemplo disso é a aplicação de mão de obra intensiva. Atualmente, a companhia emprega mais de 5,2 mil colaboradores próprios, algo que exige preparo técnico e suporte, por exemplo, para saúde, infraestrutura e educação.

Evidenciando seu impacto econômico regional, mais de 600 empresas são fornecedoras da Eldorado nas mais diversas frentes, sendo mais de 50% delas sul-mato-grossenses. Isso demonstra o compromisso da companhia em desenvolver renda e emprego na região, o mais importante polo de fabricação de celulose no Brasil.

“Manter o País na liderança de produção de celulose é uma grande responsabilidade, e Mato Grosso do Sul, por estar em posição estratégica nesse cenário, requer investimentos cada vez mais alinhados com toda a demanda que o mercado exige. A Eldorado, então, segue tendo a sustentabilidade como um direcionador para suas tomadas de decisão”, reforça o executivo.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 19/05/2023

BRASIL GANHA NOVOS MERCADOS PARA EXPORTAÇÃO DE GELATINA E REFRESCO DE AÇAÍ

Informações: Revista Oeste (19 de maio de 2023)

O agronegócio brasileiro conquista mais dois mercados para exportação: Egito e Índia. Ambos países autorizaram a importação de gelatina e refresco de açaí, respectivamente.

Para o Egito, poderão ser comercializadas a gelatina e o colágeno de qualquer estabelecimento sob Serviço de Inspeção Federal (SIF) que cumpra os requisitos sanitários e que esteja acreditado pela



empresa ISEG Halal. O país é um mercado com potencial, tendo em vista que importou cerca de US\$ 6,5 milhões por ano dos produtos brasileiros em 2021 e em 2022. O processo para abertura do mercado teve início em março deste ano e foi concluído na última segunda-feira 15.

O açaí brasileiro também ganha destaque na Ásia com a abertura do mercado indiano para a importação do refresco da fruta, que deverá ser comercializado embalado em caixa e não refrigerado.

Novos mercados para o agro brasileiro

Desde o início do ano, o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) já contabiliza a abertura de 20 mercados nas Américas, Ásia, África e Oceania para a exportação de produtos de diversos setores da agropecuária.

“Estamos retomando os laços fraternais do Brasil e a nossa trajetória de uma diplomacia reconhecida que, aliada à qualidade da nossa produção, tem permitido que cada vez mais produtos brasileiros cheguem a mais lugares do mundo”, comentou o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro.

Segundo o ministro, os novos mercados intensificam a produção brasileira e gera oportunidades para os trabalhadores do campo e também da cidade.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 19/05/2023

CONSTRUÇÃO DE TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ É TEMA DE DEBATE NA COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Informações: Agência Câmara de Notícias (19 de maio de 2023)

A Comissão de Viação e Transportes discute na próxima terça-feira (23) o andamento do projeto de construção do túnel Santos-Guarujá. O deputado Kiko Celeguim (PT-SP), que sugeriu a realização da audiência, lembra que hoje a ligação entre as duas cidades é feita por balsas.

“A operação chega a realizar, por dia, a travessia de cerca de 35 mil automóveis, número que se acentua em altas temporadas, causando transtornos no tráfego terrestre”, calcula o parlamentar.

Juntas as duas cidades reúnem cerca de 800 mil habitantes. “A execução da obra do túnel, além de fundamental para contribuir com a qualidade de vida dos moradores dali, também é garantia de desenvolvimento e avanços para a Baixada Santista”, defende Celeguim.

Convidados

Foram convidados para debater o assunto na comissão, entre outros:

- o ministro dos Transportes, Renan Filho;
- o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio Luiz França Gomes;
- o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas;
- o prefeito de Guarujá (SP), Válter Suman;
- o secretário de Assuntos Portuários e Emprego da prefeitura de Santos (SP), Bruno Orlandi.

A audiência será realizada no plenário 11, a partir das 10 horas.

Confira a lista completa de convidados

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/67625>

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 19/05/2023

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS PROMOVE SEMANA DA DIVERSIDADE

Informações: Autoridade Portuária de Santos (19 de maio de 2023)

SEMANA DA DIVERSIDADE

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS

A Autoridade Portuária de Santos promove, de 22 a 26/05, a I Semana da Diversidade, que pretende levar informação, promover o debate e provocar a reflexão nos empregados da Companhia e na comunidade portuária.

Confira a programação abaixo e clique no evento para acessá-lo:

Tema	Convidado	Dia	Hora	Local
Religião, diversidade e intolerância	Thiago Pugliesi Carvalho (babalorixá, escritor, professor, presidente do Centro de Estudos Universalistas da Meia Noite)	22/05	15h	Online Acesse aqui
Envelhecimento, estigma e etarismo	Veronica Bohm (psicóloga, Doutora em Educação pela UFRGS, professora na Universidade de Caxias do Sul)	23/05	15h	Online Acesse aqui
Infância e adolescência, proteção e combate à exploração sexual	Eva Dengler (Bacharel em Comunicação Social, especialista em Relações Públicas, Superintendente de Programas e Relações Empresariais da Childhood Brasil)	24/05	15h30	Online Acesse aqui
Diversidade sexual e de gênero, LGBTQIAPN+ fobia e saúde mental	Pedro Paulo Bicalho Gastalho (psicólogo, presidente do Conselho Federal de Psicologia, Doutor em Psicologia pela UFRJ, professor do Instituto de Psicologia da UFRJ)	25/05	10h	Online Acesse aqui
Branquitude, racismo e antirracismo	Lia Vainer Schucman (psicóloga, Doutora em Psicologia Social pela USP, professora do Departamento de Psicologia da UFSC)	26/05	10h	Online Acesse aqui
Encerramento (coffee e apresentação de banda)	Banda (Lar das Moças Cegas)	26/05	15h	Presencial Estacionamento da APS em frente ao museu



A Autoridade Portuária de Santos (APS) realiza, entre os dias 22 e 26 (segunda a sexta-feira) a sua Semana da Diversidade. Haverá uma palestra por dia, transmitida ao vivo pelo Youtube da Companhia.

A primeira participação, na segunda-feira (22), às 15h, será do babalorixá Pai Thiago Pugliesi Carvalho, escritor, professor e presidente do Centro de Estudos Universalistas da Meia Noite, que falará sobre “Religião, diversidade e intolerância”.

Na terça-feira (23), o tema é “Envelhecimento, estigma e etarismo”, também às 15h, com Veronica Bohm, psicóloga, professora e Doutora em Educação pela UFRGS, Professora na Universidade de Caxias do Sul.

Quarta-feira (24), às 15h30, a palestra é sobre “Infância e adolescência, proteção e combate à exploração sexual”, com a Superintendente de Programas e Relações Empresariais da ONG Childhood Brasil, Eva Dengler.

Na quinta e na sexta-feira (25 e 26), as palestras serão às 10h. Dia 25 o participante é o presidente do Conselho Federal de Psicologia, Pedro Paulo Bicalho Gastalho (psicólogo, Doutor em Psicologia pela UFRJ, onde é professor do Instituto de Psicologia), com o tema “Diversidade sexual e de gênero, LGBTQIAPN+fobia e saúde mental”.

O encerramento, na sexta-feira, com o tema “Branquitude, racismo e antirracismo”, com a professora do Departamento de Psicologia da UFSC Lia Vainer Schucman (psicóloga, Doutora em Psicologia Social pela USP).

O evento comemora o Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento (21 de maio), criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2002.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 19/05/2023

VISITA AO PORTO PREPARA GUIAS PARA ORIENTAR TURISTAS EM SANTOS

Informações: Prefeitura de Santos (19 de maio de 2023)

Um grupo de guias e estagiários da Secretaria de Empreendedorismo, Economia Criativa e Turismo (Seectur) passou por uma capacitação sobre o Porto de Santos na tarde desta quarta-feira (17).

Realizada pela Fundação Cenep (Centro de Excelência Portuária de Santos), a visita técnica ao cais iniciou com uma palestra sobre a evolução do porto, desde a fundação até os níveis de operação atuais. Também foram abordados a arquitetura e os processos logísticos que envolvem o maior porto da América Latina.



Depois, os guias e estagiários embarcaram num catamarã para conhecer os terminais pelo ponto de vista do canal portuário.

O objetivo da capacitação foi aprofundar os conhecimentos para sanar eventuais dúvidas de turistas nos momentos em que eles abordarem a equipe da Seectur, seja nos Postos de Informação Turística (PITs), em passeios monitorados, festivais e outras situações.

Esta iniciativa contempla os itens 9 e 10 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, de Inovação e Infraestrutura e de Redução das desigualdades.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 19/05/2023

DENIS BEZERRA É O NOVO PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ

Informações: Agência Porto (19 de maio de 2023)

O novo diretor-presidente da Companhia Docas do Ceará é o cearense Denis Anderson da Rocha Bezerra (Fortaleza, 17 de março de 1980). É advogado e político brasileiro, filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) no Ceará.

Em 2018, Bezerra foi eleito deputado federal pelo PSB Ceará, com o apoio de 106.294 cearenses. Graduado em Direito pela Universidade de Fortaleza, com especialização em Direito Imobiliário, pelas Faculdades Integradas de São Paulo. Atualmente, cursa mestrado em Políticas Públicas e Governo pela FGV.

Em 2022, assumiu a Presidência da Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa e a 2ª Vice-Presidência da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados. Foi membro da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Defesa do Consumidor.

É diretor licenciado da Confederação Nacional de Notários e Registradores e presidente licenciado do Sindicato dos Notários, Registradores e Distribuidores do Estado do Ceará e ex-presidente do Partido Socialista Brasileiro do Ceará.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 19/05/2023



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

POLÍTICOS DO AMAPÁ TENTAM APOIO DO PLANALTO PARA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO

O assunto é Foz do Amazonas e não acabou; Alcolumbre busca intermediação com o Planalto. Agostinho, presidente do Ibama, defende parecer do órgão ambiental

Por epbrebr 19 de maio de 2023 Em Comece seu Dia, Congresso, Meio ambiente, Mercado offshore, Petróleo e gás

Você vai ver aqui: O assunto é Foz do Amazonas e não acabou; Alcolumbre busca intermediação com o Planalto; Lula volta do Japão na semana que vem. Agostinho, presidente do Ibama, defende parecer do órgão ambiental: campanha proposta no Amapá é inviável. Petrobras recorre.

Políticos do Amapá seguem buscando uma intermediação do Planalto — em última análise, do presidente Lula — para reverter o entendimento do Ibama sobre a viabilidade da campanha exploratório da Petrobras em águas profundas da Bacia da Foz do Amazonas.



Clécio Luís, Randolfe Rodrigues e Davi Alcolumbre, em 2019, durante sessão no Senado em comemoração ao aniversário do Amapá, com Plínio Valério, André Abdon e Amiraldo Favacho (Marcos Oliveira/Agência Senado)

O que aconteceu? Petrobras tentava realizar uma simulação, etapa prévia a conclusão do plano de resposta previsto em licenciamento de poços offshore. Ibama entendeu que o projeto é inviável do ponto de vista ambiental e o processo está encerrado.

Em Brasília, a articulação em favor do projeto é liderada pelo senador amapaense, Davi Alcolumbre (União). Na formação do governo, Lula optou por dar espaço e construir uma base mais sólida no Senado. Alcolumbre, hoje presidente da CCJ, teve parte nisso.

Sem pressão. O presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, rebateu as críticas, ao afirmar à agência epbr que a negativa para o projeto da Petrobras foi “decisão unânime da equipe técnica que trabalha com óleo e gás”. E disse que o órgão ambiental “não trabalha sob pressão política”.

— Disse ainda que a Petrobras pode reapresentar o pedido de licenciamento ambiental para a exploração na Foz do Amazonas, mas que hoje “não há viabilidade ambiental do ponto de vista técnico”. (epbr)

Calma. O ministro Alexandre Silveira (PSD) – próximo de Alcolumbre – pediu calma: em ofício ao presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, solicita que a companhia avalie manter os esforços junto ao Ibama, a sonda e recursos mobilizados para a campanha – gastos feitos por decisão da gestão passada da empresa: Foz do Amazonas: MME pede que Petrobras mantenha sonda no Amapá.

Rio Grande do Norte. A companhia alega que seguiu rigorosamente todos os requisitos do processo de licenciamento; informou que vai recorrer da decisão do Ibama; e que, nos próximos dias, vai desmobilizar recursos para atividades exploratórias no Sudeste.

— Na Margem Equatorial, Petrobras tem um projeto no Rio Grande do Norte, onde já perfurou e fez descobertas. Vai seguir para lá. (epbr)

Margem equatorial. O foco é no Amapá, mas a Margem Equatorial vai da fronteira com Guiana Francesa até o Rio Grande do Norte – bacias de Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar. Projetos offshore, de águas profundas e ultraprofundas.

Galp. O CEO da Galp no Brasil, Daniel Elias, afirmou que não tem urgência em tomar decisões sobre o futuro da empresa na região. A empresa tem 10% em quatro blocos em Barreirinhas, em parceria com a Petrobras. Ela acredita no potencial dos ativos. (epbr)

A Galp é uma das 14 petroleiras que ainda têm concessões na Margem Equatorial. O projeto no Amapá é da Petrobra, mas o desenrolar do licenciamento interessa o setor: Margem Equatorial: Que petroleiras ainda têm concessões de óleo e gás na região?

Tem mais. O líder do governo Lula no Congresso Nacional, o senador Randolfe Rodrigues (AP), desembarcou da Rede, partido de Marina Silva, ministra do Meio Ambiente (epbr).

O governador do Amapá, Clécio Luís (Solidariedade), afirmou que a decisão do Ibama foi “absurda”, tomada enquanto busca-se um acordo político com a área ambiental para dar continuidade ao projeto (veja o vídeo).

Geografia. Ele também fez um esforço de comunicação. Ocorre que a perfuração não está sendo planejada para a foz do rio Amazonas. É apenas o nome da bacia sedimentar. Para o Ibama, não muda o fato de a área ser sensível e a distância da foz, aliás, é um complicador: Confusão com perfuração em “foz do rio Amazonas” irrita governador do Amapá.

TRF-2 nega recurso e mantém imposto de exportação de óleo. A Justiça Federal do Rio negou o recurso apresentado por petroleiras, em nova tentativa de derrubar a taxa de exportação de petróleo, instituída pelo governo federal entre os meses de março e junho.

— O desembargador federal Alberto Nogueira Júnior afirmou, em despacho, que pareceres apresentados à corte não sustentam a existência de um fato novo, ao ponto de rever a decisão anterior do tribunal. (epbr)

Fábrica de fertilizantes via hidrogênio verde recebe concessão de terreno em MG. Planta da Atlas Agro em Uberaba é orçada em cerca de R\$ 4,3 bilhões. O início das obras do projeto está previsto para 2024, com conclusão em meados de 2027. (epbr)

Da gas week: Do pré-sal para o Sul e Nordeste. Transportadoras de gás natural se preparam para reforçar a malha de gasodutos nos próximos anos e ampliar, assim, a capacidade de exportação de gás do pré-sal para outras regiões do país.

Ômega Energia e Apolo vão investir R\$ 140 mi em GD. Empresas vão implantar inicialmente seis projetos de energia solar, com capacidade de 19,5 MWp. (Reuters)

LUZ expande fornecimento de energia solar compartilhada para Brasília. A empresa, que estreou no mercado em outubro na área da CPFL Paulista, com aportes da Delta Energia, aposta num modelo de negócio em que o consumidor conectado à rede compra a energia renovável pelo aplicativo e recebe descontos na sua conta de luz, sem precisar instalar placas fotovoltaicas no telhado. (epbr)

Empresas brasileiras se preparam para a economia verde. A corrida global por produtos mais sustentáveis e energia de baixo carbono abre um universo de possibilidades para as companhias brasileiras, mostra pesquisa do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) – que participa das conversas com o governo para construção do pacote verde. (epbr)

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 19/05/2023

SÃO PAULO ESTIMA R\$ 16,8 BI EM INVESTIMENTOS PRIVADOS EM PLANO DE ENERGIA

Pará aposta na bioeconomia; Teresina, no Piauí, está fazendo seu inventário de emissões

Por Nayara Machado *Nayara Machado 19 de maio de 2023 Em Diálogos da Transição*



O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e a secretária estadual de Meio Ambiente e Infraestrutura, Natália Resende (Foto: Ascom/Semil)

O governo de São Paulo mapeou 21 projetos voltados para transição energética no estado, que somam investimentos privados de R\$ 16,8 bilhões nos próximos anos.

Nesta sexta (19/5), a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) deu largada na estruturação do Plano Estadual de Energia 2050, e apresentou as diretrizes para o incentivo a projetos que levem à redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE).



Dentre os projetos identificados pela agência estadual de fomento InvestSP, 14 estão na área de energia, três no setor automotivo e de máquinas e equipamentos, dois em tratamento de resíduos, um em mineração e outro focado em comércio e serviços.

“Há muito interesse [internacional] em conhecer o portfólio do estado de São Paulo, e especificamente nessa área de energia. A partir do momento em que a gente mostra uma estruturação de planos, com segurança jurídica e previsibilidade, a gente vê que as coisas vão se consolidando”, explica Natália Resende, secretária estadual de Meio Ambiente e Infraestrutura.

Ela explica que a ideia é atrair ainda mais investimentos, por meio de empresas que buscam oportunidades de negócios em transição energética e em redução dos gases de efeito estufa.

O estado se vê em posição de vantagem. Sua matriz energética é 58,5% renovável, superando a brasileira (47,7%) e a mundial (14,1%). E tem uma participação relevante no PIB nacional, de 30%.

Também é o maior produtor de etanol e ocupa o primeiro lugar em termos de potência instalada de geração distribuída de energia solar fotovoltaica.

No biogás, o potencial de produção é mais do que o dobro do consumo paulista

Prioridades

Essa primeira fase do plano definiu 12 áreas prioritárias de atuação, que vão desde biocombustíveis, eficiência energética e projetos híbridos para modernizar as hidrelétricas, até fontes de energia que ainda precisam desenvolver um mercado, como eólicas offshore e hidrogênio de baixo carbono.

Sem deixar de lado petróleo e gás: SP é o segundo maior produtor de petróleo e gás natural, com projetos de novas plataformas, ampliação de desenvolvimento de campos e poços na Bacia de Santos.

No geral, o plano trabalha com o potencial de corte de emissões no setor elétrico de até 66% em 2050, reduzindo drasticamente a dependência de importação de energia – já que o estado é um grande consumidor de eletricidade.

O documento está previsto para ficar pronto no final do ano. Até lá, o governo tem uma agenda de workshops para discutir diretrizes, incentivos fiscais e alternativas de financiamento. O plano deve entrar em consulta pública no final de novembro.

“Temos percebido uma demanda importante e crescente por parte dos investidores por projetos de energia limpa no estado, demonstrando a competitividade de São Paulo nessa tendência global de empreendimentos que priorizam critérios de sustentabilidade e governança. Captar esses recursos é fundamental para manter a atratividade paulista na economia das próximas décadas”, conclui Rui Gomes, presidente da InvestSP.

Bioeconomia no Pará

No Norte do Brasil, o estado amazônico tem um plano para desenvolver a bioeconomia com participação das comunidades tradicionais.

Entre 2015 e 2020, o Pará foi o estado brasileiro que mais emitiu gases de efeito estufa (GEE), representando 19% das emissões nacionais totais em 2020. A maior parte está ligada ao uso da terra. Cerca de 80% das emissões vem do desmatamento e 15% da atividade pecuária.

A região também é marcada por crimes contra comunidades indígenas e quilombolas.

Com 92 ações previstas, o PlanBio (.pdf) se propõe a enfrentar essas questões, e encontrar caminhos para o desenvolvimento socioeconômico de baixas emissões, colocando a bioeconomia no centro.



Estudo da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) vê um potencial de US\$ 284 bilhões/ano no faturamento industrial brasileiro até 2050 com a total implementação da bioeconomia na produção nacional.

Foi destaque em uma apresentação, esta semana, do governo local em um evento preparatório do Itamaraty para a Cúpula da Amazônia, que ocorrerá em Belém em agosto. A cidade também é candidata a sede da COP30.

Em novembro passado, na conferência do clima da ONU, a COP27, o governador Helder Barbalho disse que a transformação via bioeconomia custará pelo menos R\$ 1,2 bilhão nos próximos cinco anos, financiada em parte com recursos estadual e federal, além de fontes externas, como bancos de fomento.

É um plano para transformar o Pará em um estado neutro em carbono, conciliando os interesses do setor privado com o da população que vive na região.

“Precisamos fazer a bioeconomia acontecer, cuidar das pessoas na floresta. Além disso, precisamos criar mercados para que a bioeconomia se estabeleça, para que se crie um novo modelo econômico de desenvolvimento”, defende o secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará, Mauro O’de Almeida.

Teresina 2030

As cidades também estão desenhando estratégias climáticas. A prefeitura de Teresina, no Piauí, contratou o consórcio Codex para fazer o inventário de emissões de GEE e a análise de riscos e vulnerabilidades.

O diagnóstico irá subsidiar o plano de ação climática do município, a Agenda Teresina 2030: A Cidade Desejada. E ajudará o município a captar recursos para adaptação.

Com a taxa de aquecimento superior à média global, devido, especialmente, às condições geográficas e aspectos urbanísticos, a capital do Piauí está em uma jornada para se tornar mais resiliente e reduzir seu impacto ambiental.

Leonardo Madeira, coordenador do Agenda Teresina 2030, conta que, a partir do inventário, serão definidas as ações multissetoriais que devem ser priorizadas para o aumento da adaptação do território e alcance da neutralidade climática.

De acordo com dados preliminares, os vilões do clima no município são os setores de energia estacionária (todos os tipos de combustível e geração de eletricidade), resíduos e efluentes.

Curtas

Alerta de greenwashing

Pesquisa da Clarity AI, uma plataforma de tecnologia de sustentabilidade cujos clientes incluem BlackRock, Invesco e MetLife descobriu que apenas 4% dos fundos com a palavra sustentabilidade ou alguma versão dela em seus nomes realmente cumprem todos os requisitos nos Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia.

“Se acabarmos com produtos que vão ter rótulos diferentes, nomes diferentes, dependendo de onde são comercializados”, então isso se torna “ainda mais confuso” para gestores de ativos e investidores, diz Patrícia Pina, chefe de pesquisa e inovação de produtos da Clarity IA. E a confusão, diz ela, “muitas vezes leva ao greenwashing”. Bloomberg

‘O mar também é delas’

O programa de diversidade e inclusão da Ocyan está mostrando resultados: entre 2019 e 2022, a participação de mulheres em postos de comando da companhia de O&G subiu de 19% para 32%. A companhia encomendou uma pesquisa para traçar o perfil da mulher offshore (que atua em sondas, plataformas e navios-plataforma), e entender os desafios para tornar esse ambiente mais inclusivo.

Entre as profissionais consultadas, cerca de 93% lamentam que ainda é muito frequente nas embarcações, os homens pensarem que as mulheres não são capazes de lidar com equipamentos pesados ou que requerem força. Por outro lado, para 47% das profissionais, os salários são bastante atrativos, embora entendam que as empresas precisam melhorar e adequar a infraestrutura das embarcações para facilitar o acolhimento de mulheres.

Artigos da semana

RenovaBio: aprimorar para ganhar o mundo Equilibrar oferta e demanda de CBIOs é, hoje, essencial para que o RenovaBio eleve o Brasil a um dos maiores mercados de créditos de carbono do mundo, avaliam Aurélio Amaral e Marcos Cintra

Nova especificação do biodiesel: grande passo, inclusive cultural Obrigatoriedade de aplicação de boas práticas terá o maior e verdadeiro impacto sobre a qualidade do biocombustível, escreve Vicente Pimenta

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 19/05/2023

3R PETROLEUM OBTÉM LICENÇA PARA POLO POTIGUAR

Era a última condição precedente para a compra do ativo da Petrobras por US\$ 1,38 bilhão

Por Reuters 19 de maio de 2023 Em Meio ambiente, Notícias, Petróleo e gás



Operação da 3R Petroleum no Rio Grande do Norte (Foto: Divulgação/3R)

SÃO PAULO — A 3R Petroleum recebeu a licença operacional do Ibama referente a campos do Polo Potiguar, o que era a última condição precedente para a compra do ativo junto à Petrobras, informou a empresa nesta sexta-feira.

As licenças foram para os campos de Ubarana, Ubarana Oeste e Cioba, disse a 3R em fato

relevante.

A diretoria da Petrobras aprovou no início de 2022 a venda de 22 concessões de um grupo de ativos na Bacia Potiguar para a 3R Petroleum por US\$ 1,38 bilhão.

O desinvestimento do Polo Potiguar era um dos mais adiantados entre os processos de venda que haviam sido abertos pela Petrobras e, por isso, não chegou a ser interrompido quando a estatal resolveu suspender seus desinvestimentos durante a realização de seu planejamento estratégico.

O Polo Potiguar envolve campos produtores de petróleo e gás, bem como terminais de uso privado, refinaria e ativos de armazenamento na Bacia Potiguar, no nordeste do Rio Grande do Norte.

Esses ativos se somam a outros que a 3R possui na Bacia Potiguar de produção onshore, como o Polo Macau. A petroleira ainda tem outro cluster onshore, na Bacia do Recôncavo, e ativos offshore nas Bacias do Espírito Santo e de Campos.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 19/05/2023

RENOVABIO: APRIMORAR PARA GANHAR O MUNDO

Equilibrar oferta e demanda de CBIOs é, hoje, essencial para que o RenovaBio eleve o Brasil a um dos maiores mercados de créditos de carbono do mundo, avaliam Aurélio Amaral e Marcos Cintra

Por Opinião 19 de maio de 2023 Em **Biocombustíveis, Colunas e opinião**



Usina de etanol São José da Estiva, no município de Novo Horizonte, em São Paulo (Foto: Divulgação/W7 Energia)

A sustentabilidade dos processos produtivos do setor energético brasileiro assegura ao país lugar de destaque no desenvolvimento de uma economia verde e encontra nos biocombustíveis um de seus exemplos mais afirmativos.

Com baixa pegada de carbono e elevado potencial de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE), o setor é um ativo potencialmente poderoso para que o Brasil ocupe espaço nos mercados de crédito de carbono.

Trata-se de um negócio global capaz de gerar recursos para impulsionar a substituição dos combustíveis fósseis através da expansão da produção e do uso de etanol, biodiesel, biometano e bioquerosene.

Os notáveis atributos do setor de biocombustíveis o tornam o principal meio para o Brasil cumprir o compromisso, estabelecido no Acordo de Paris, de reduzir em 37% as emissões de GEE até 2025.

A Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), instrumento que materializa a estratégia brasileira, foca no setor de transportes, um dos principais emissores, e tem como base três pilares: 1) Metas de Descarbonização; 2) Certificação da Produção de Biocombustíveis; e 3) Crédito de Descarbonização (CBIO).

No primeiro pilar, o governo estipula anualmente metas nacionais de descarbonização. As metas são cumpridas pelas distribuidoras de combustíveis, que nos moldes atuais são a parte obrigada da política, por meio da compra de CBIOs, de acordo com seu volume de vendas.

No segundo pilar, produtores de biocombustíveis certificam sua produção, que recebe notas de acordo com sua eficiência energético-ambiental.

No terceiro pilar, as notas atribuídas à produção são multiplicadas pelo volume de biocombustível comercializado, o que resulta na quantidade de CBIOs que os produtores poderão emitir e vender às distribuidoras.

RenovaBio dá destaque “verde” ao Brasil

Essa política pública criou, já na partida, um mercado bilionário que mobiliza as engrenagens da economia verde e contribui para o Brasil se sobressair no cenário de transição energética.

O programa, contudo, necessita de aprimoramentos que lhe tragam a estabilidade operacional que gradualmente cimenta a perenidade. À primeira vista, algumas regras parecem colaborar para a escassez de CBIOs, como aponta o Tribunal de Contas da União (TCU).

Em auditoria recente, a corte de contas ressalta que o RenovaBio apresenta grande potencial para estimular a produção e o consumo de biocombustíveis no país. O TCU conclui, contudo, que a política apresenta desafios e riscos, sendo o principal deles a potencial indisponibilidade de CBIOs.

Mas escassez e preços altos podem arriscar programa

A carência de créditos de descarbonização no mercado já é uma realidade que dificulta o cumprimento das metas e aparenta caminhar para se tornar uma situação crônica se nada for feito.



Se há pressão sobre a demanda por CBIOs, presentemente já escassos, ela tende a aumentar a partir desse ano, quando começa a elevação progressiva das metas obrigatórias das distribuidoras de combustíveis.

A necessidade de cumprimento do estoque de metas globais de CBIOs, adiadas de 2022 para setembro de 2023, adiciona tensão a esse quadro.

O mercado já expressa essa disfuncionalidade. O valor dos certificados saltou de R\$ 30,00, em seu lançamento, para R\$ 200,00, no pico, estabilizando na faixa de R\$ 100,00 em decorrência do adiamento de metas.

Os preços altos, que seriam, à primeira vista, algo positivo para os produtores de biocombustíveis, são na verdade um risco potencial.

A escalada, que já dificulta o cumprimento das metas das distribuidoras, pode justificar novas postergações, ou até mesmo a concessão waivers. No limite, esses agentes podem buscar medidas judiciais sob o argumento de que o custo dos CBIOs gera desequilíbrio econômico ao onerar demasiadamente um segmento que opera com margens estreitas e fluxo de caixa enxuto.

Esse cenário, que gera fricção entre os elos da cadeia que compõem o RenovaBio, traz incerteza sobre a continuidade de uma iniciativa que amplia a rentabilidade dos biocombustíveis e estimula o crescimento de sua produção.

Equilíbrio urgente

Urge, por essa razão, reformar o mecanismo para que alcance um cenário de equilíbrio, onde quem quer comprar encontre aqueles que querem vender e cheguem a preços mutuamente aceitáveis.

Talvez um passo necessário nessa direção seja aprofundar o diagnóstico elaborado ano passado pelo ministério de Minas e Energia (MME), que reavaliou a política e propôs ajustes

O deslocamento das metas de descarbonização para o segmento responsável pela origem das emissões, as refinarias, seria bem-vindo, pois reduziria os custos de transação e poderia contribuir para estabilizar as condições de oferta e demanda no mercado de CBIOs.

Adicionalmente, alinharia o RenovaBio a programas similares no mundo, que concentram as obrigações de cumprimento das metas no segmento responsável pela origem das emissões, as refinarias, a exemplo do Low Carbon Fuel Standard (LCFS) da Califórnia, inspiração da política brasileira.

CBIO+

Entende-se também ser oportuna a criação de alternativas que ampliem a geração de CBIOs através da remuneração de atributos não capturados pela metodologia atual. Nesse sentido, um caminho possível seria potencializar a criação de créditos de descarbonização.

O CBIO+, ou CBIO Plus, consistiria em um incentivo adicional aos produtores de biocombustíveis que adotarem prática de manejo florestal sustentável em suas propriedades, incentivarem o aproveitamento do biogás e desenvolverem técnicas de captura de carbono em seus processos produtivos.

Alternativas tecnológicas que contribuam para a redução das emissões de GEE também poderiam ser utilizadas para gerar créditos de carbono em conjunto com a produção de biocombustíveis.



A fabricação de biometano a partir do biogás, utilizado como combustível renovável em veículos ou injetado na rede de distribuição de gás natural, é uma delas, assim como o aproveitamento do resíduo da digestão anaeróbia do biogás, conhecido como biofertilizante.

A produção de biocombustíveis avançados, como o etanol de segunda geração e o HVO/SAF, apresenta-se como outro caminho potencial.

O etanol de segunda geração, produzido a partir da celulose e da hemicelulose presentes na palha e no bagaço da cana-de-açúcar, tem inclusive maior potencial de redução de emissões de GEE em comparação com a produção atual.

Já o HVO/SAF, produzido a partir de óleos vegetais ou de gorduras animais, usado como combustível em veículos a diesel ou em aviões, respectivamente, também apresenta potencial expressivo.

Assim, a criação do CBIO+ valorizaria os atributos adicionais da produção de biocombustíveis e incentivaria a adoção de tecnologias ainda mais sustentáveis e avançadas.

Esse passo à frente ampliaria a contribuição dos biocombustíveis para a mitigação das mudanças climáticas e reforçaria o cumprimento das metas de descarbonização assumidas pelo Brasil em âmbito internacional.

Ao ampliar a fungibilidade do CBIO, a proposta pode, inclusive, torna-lo elegível a outros mercados de crédito de carbono, permitindo disputar uma demanda mundial.

Para tanto, o regulamento deverá trazer mecanismo para compatibilizar a Avaliação do Ciclo de Vida (ACV) do RenovaBio com as metodologias de certificação de carbono postas pelo Acordo de Paris, de modo a possibilitar sua comercialização como crédito offset.

- Créditos de carbono referem-se a toneladas de CO2 evitadas ou removidas da atmosfera, sob uma lógica de compensação – daí o nome offset –, conforme o Art. 6º do referido Acordo.

Em tais circunstâncias, há espaço – e mesmo a necessidade – para aprimorar o RenovaBio e torná-lo o instrumento para que o país possa apropriar-se de todos os benefícios proporcionados pela sua produção de biocombustíveis, no contexto brasileiro e global.

A correta alocação das responsabilidades, e a incorporação à metodologia de atributos hoje não capturados, podem sanar as disfuncionalidades que desestabilizam o programa.

Equilibrar as condições de oferta e demanda de CBIOs é hoje, portanto, o passaporte para que o RenovaBio siga a sua vocação de tornar o Brasil um dos maiores mercados geradores de créditos de carbono do mundo.

Aurélio Amaral é sócio no Shmidt Valois advogados e ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Marcos Cintra é executivo do setor de petróleo, gás e energia, com mais de 20 anos de experiência na área. Atualmente, é Head de Relações Institucionais da Eneva.

Este artigo expressa exclusivamente a posição dos autores e não necessariamente da instituição para a qual trabalham ou estão vinculados.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 19/05/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

PETROBRAS VAI RECORRER DA DECISÃO DO IBAMA PARA EXPLORAR PETRÓLEO NA MARGEM EQUATORIAL

Estatal disse ainda que vai manter a sonda e toda a estrutura na Foz do Amazonas até o fim deste mês

Por Bruno Rosa — Rio

A Petrobras disse em comunicado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que exercerá seu direito de apresentar um pedido de reconsideração ao Ibama, que negou licença ambiental à estatal para perfurar um poço exploratório de petróleo na costa do Amapá, na bacia do Foz do Amazonas, na Margem Equatorial.

O objetivo “é demonstrar o atendimento de todas as exigências reiteradamente apresentadas pelo órgão licenciador federal no curso do processo de licenciamento”, segundo a Petrobras. A intenção da estatal é apresentar o pedido até o dia 24 de maio.

A estatal disse ainda que vai manter a sonda e toda a estrutura na Foz do Amazonas, como foi pedido pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, até o dia 29 de maio, sem incorrer em custos adicionais àqueles que já vem sendo suportados em razão da "inconclusividade do processo", informou a empresa. A estatal gasta por dia R\$ 3 milhões com a manutenção de equipamentos e sonda na região, segundo fontes.

Após esse período, se não houver uma definição do Ibama, a companhia disse que vai desmobilizar as estruturas. A companhia disse que “atendeu rigorosamente todos os requisitos do processo de licenciamento”.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 19/05/2023

‘PERDEMOS MUITO TEMPO DISCUTINDO A SELIC’, DIZ CAMPOS NETO AO PEDIR REFORMAS ESTRUTURAIS

Em super seminário, presidente do Banco Central diz que surpresas da inflação e atividade podem estar relacionadas a mudança de comportamento

Por Maeli Prado



O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. – Foto : Pedro França/Agência Senado

Ao encerrar uma semana em que recebeu apoio de quem importa na política monetária do mundo todo, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, fez um discurso curto e neutro no final do seminário que reuniu banqueiros centrais do mundo todo.

Campos Neto ressaltou em sua fala as repetidas surpresas que os economistas vêm tendo com o comportamento de inflação e atividade econômica, e afirmou que os BCs terão que avaliar o custo econômico de se levar os preços às metas.



No momento, disse, é necessário focar em reformas que permitam a taxa neutra de juros (que não estimula nem desestimula a atividade). Isso porque o presidente do BC avaliou que há uma combinação muito negativa de endividamento elevado, juros neutros mais altos e atividade resiliente.

- Perdemos muito tempo discutindo para onde vai a Selic. É o nosso trabalho. Mas devemos focar em reformas estruturais daqui para a frente.

Campos Neto afirmou ainda que chama a atenção a resiliência da inflação de serviços, o patamar elevado dos núcleos dos índices de preços e a desaceleração lenta da inflação após a pandemia.

- As pessoas parecem estar buscando mais experiências e menos consumo de bens, seja isso uma mudança de hábito de fato ou não - declarou.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 19/05/2023

APÓS NOVA POLÍTICA DE PREÇOS DA PETROBRAS, VALOR DA GASOLINA E DO DIESEL CAI NOS POSTOS, DIZ PESQUISA DA ANP

Etanol também teve recuo na bomba, abaixo dos R\$ 4 por litro. Mas quedas ficaram abaixo do que esperava a estatal

Por Bruno Rosa

Os preços da gasolina e diesel tiveram queda nos postos de combustíveis nesta semana, de acordo com pesquisa da Agência Nacional do Petróleo (ANP). A redução ocorre na semana em que a Petrobras anunciou sua nova política de preços para o diesel e a gasolina vendidos no Brasil e reduziu nos preços nas refinarias desde a última quarta-feira. Porém, os recuos ficaram abaixo do que esperava a estatal.

Segundo a ANP, o valor médio do litro da gasolina comercializado nos postos caiu pela segunda semana seguida, de R\$ 5,49 para R\$ 5,46. É um recuo de 0,5%.

Segundo estimativas feitas pela própria Petrobras, com base na redução que fez em suas refinarias, o preço médio ao consumidor final poderia atingir o valor de R\$ 5,20 por litro.

Custo: Saiba quanto a Petrobras gasta por dia para manter operações na Foz do Amazonas
O preço médio do litro do diesel nos postos caiu pela 15ª semana seguida. Passou de R\$ 5,52, na semana passada, para R\$ 5,39 nesta semana. Foi uma queda de 2,35%.

NO caso do diesel S10, com menos teor de enxofre, passou de R\$ 5,57 para R\$ 5,46. A Petrobras estimou que o preço médio ao consumidor final nesta semana, com base na redução feita nas refinarias, poderia atingir o valor de R\$ 5,18 por litro de diesel S10.

O etanol passou de R\$ 4,09 para R\$ 3,99, um recuo de 2,44%.

De acordo com a Petrobras, a nova política não refletirá apenas a cotação internacional do petróleo e do dólar, acabando com a era do PPI (paridade de importação). Assim, a definição dos preços também levará em conta os custos internos de produção, que consideram capacidade de refino e logística, por exemplo.

Os preços de importação e exportação de petróleo e derivados também entrarão no cálculo. Mas eles serão referência para a parcela do combustível importado ou exportado, não para todo o petróleo vendido.

Com a nova política, a estatal anunciou redução nos preços da gasolina e diesel nas refinarias a partir da última quarta-feira. A gasolina teve queda de 12,57%, de R\$ 3,18 para R\$ 2,78 por litro, na terceira redução da gasolina no ano. Atingiu, assim, o menor valor desde agosto de 2021

Já o diesel passou de R\$ 3,46 para R\$ 3,02 por litro. É uma queda de 12, 71%. e a quinta redução neste ano, chegando ao menor patamar desde julho de 2021.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 19/05/2023

CAMPOS NETO REÚNE AUTORIDADES MONETÁRIAS MUNDIAIS PARA DEFENDER AUTONOMIA DO BC

Presidentes e ex-presidentes de bancos centrais deram respaldo a visão do BC
Por Ivan Martínez-Vargas — São Paulo



À mesa, em pronunciamento, presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Pedro França/Agência Senado

Em uma demonstração de força, o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, conseguiu trazer a São Paulo a um evento organizado por ele em São Paulo nomes de peso da economia mundial para defender a importância do combate à inflação e da autonomia da autoridade monetária.

Durante a tarde desta sexta-feira, o evento teve a participação do presidente do Banco de Compensações Internacionais (BIS, na sigla em inglês), Agustín Carstens, além de cinco presidentes de autoridade monetária (de Canadá, Chile, Colômbia, Espanha e Peru, os dois primeiros remotamente) e de três ex-presidentes de bancos centrais (de Argentina, Colômbia e Índia), além de participações gravadas de Christine Lagarde, presidente do Banco Central Europeu e de Mark Carney, ex-presidente do Banco da Inglaterra.

O tom dos discursos foi de defesa da autonomia das autoridades monetárias.

Tiff Macklem, Presidente do banco central canadense, afirmou que, embora a entidade sofra pressões políticas para baixar o ciclo de juros no país da América do Norte, ainda não é a hora de fazê-lo. A taxa básica de juros no Canadá está em 4,5%. No Brasil, Campos Neto tem sofrido pressões do governo federal para baixar a Selic, hoje em 13,75% ao ano.

— Não dá ainda para pensar em corte da taxa de juros, eu sempre falo isso ao mercado. A gente espera que (a inflação) vai chegar a 3% no verão e a acha que vai chegar a 2% em 2024. A inflação está na meta, mas estamos preocupados com riscos além da inflação — destacou o canadense.

Para ele, "não foi fácil restringir orçamento dos domicílios":

— Está todo o mundo sentindo a dor das altas taxas de juros. Recebo pergunta sobre por que ser agressivo com a taxa de juros e se precisamos da inflação de 2%. A história nos responde que quanto mais alta a inflação, mais difícil é as pessoas planejarem seus gastos e poupanças. Causa tensão social e cria sensação de injustiça. A solução de baixo crescimento e alta taxa de juros é também dura — admitiu Macklem.

Apesar disso, disse ele, "bancos centrais são bens públicos e não devem ser influenciados por interesses" corporativos ou políticos.

— É importante a gente tentar minimizar conflitos e uma das maneiras de fazer isso é a independência do BC. Confiança é testada quando há crise e os bancos centrais estão sendo testados — ressaltou.

De maneira similar, Juan José Echavarría, ex-presidente do Banco de la República, a autoridade monetária da Colômbia, afirmou que a autonomia da entidade é um dos maiores ativos da Constituição colombiana. Ao abordar a taxa de juros atual do país, em 13%, ele afirmou que "é difícil

explicar para as pessoas que você deve reduzir um pouco o crescimento da economia agora para não ter de reduzir muito no futuro".

Presidente do Banco Central de la Reserva, a autoridade monetária do Peru, desde 2007, Julio Velarde foi além e disse que, embora haja pressões políticas para a redução de juros, "a história mostra" que estão erradas.

— Quem conhece a história sabe que se mantivermos os nossos instrumentos de monitoramento, a inflação vai diminuir. Pode demorar para chegar na meta, mas chega. Se começa a demorar mais do que o que a gente espera, vozes vão surgir para reduzir os juros antes do necessário. É o caso de vários países. (...) Sempre há pressão. Trump nos últimos anos colocou pressão no Jerome Powell (presidente do Fed), atacava-o quase toda semana. Essas pressões vão ocorrer. Se fizer isso, a gente não vai ter mais crescimento, mas mais inflação — disse.

A taxa de juros peruana está em 7,75% ao ano. Velarde afirmou que quando se reduz as taxas de juros antes de a inflação recuar, os preços tendem a voltar a subir. Ele criticou o caso da Argentina, onde disse que "não se preservou a autonomia do Banco Central por causa da pressão do governo".

Em sua mensagem gravada para o evento, Lagarde afirmou que a inflação anual na OCDE "subiu a um nível não visto desde os anos 1980 e isso levou os bancos centrais a apertar de uma forma inédita" os juros, destacando que o BC de Campos Neto foi um dos primeiros a fazê-lo.

"Seria impossível ganhar batalha contra inflação e os riscos ao setor financeiro sem nossas atribuições e poderes", disse Lagarde no vídeo, ao citar o que chamou de "caixa de ferramentas" das autoridades monetárias.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 19/05/2023

GOVERNO DEVE PIORAR PREVISÃO DE ROMBO NAS CONTAS PÚBLICAS NESTE ANO

Valor deve ir para um déficit de cerca de R\$ 140 bi. Hoje, rombo previsto é de R\$ 107 bi

Por Manoel Ventura — Brasília



A ministra do Planejamento, Simone Tebet, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad José Cruz/Agência Brasil/30-03-2023

O governo Lula deve divulgar na próxima segunda-feira uma piora nas projeções para o déficit nas contas públicas neste ano. Técnicos da equipe econômica calculam que a estimativa de rombo deve subir para cerca de R\$ 140 bilhões.

Oficialmente, a previsão hoje é de um déficit de R\$ 107 bilhões. As projeções farão parte do segundo relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas deste ano. Por esse relatório, o governo atualiza as estimativas de receitas e despesas. O último documento foi divulgado em março.

Em qualquer cenário, porém, há uma melhora significativa com relação aos valores previstos no Orçamento de 2023, que autoriza um déficit de até R\$ 231 bilhões, o equivalente a 2,1% do PIB. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vem prometendo entregar um resultado primário neste menor que R\$ 100 bilhões.

Integrantes da equipe econômica dizem que esse discurso vai se manter, que o relatório a ser divulgado na próxima segunda-feira precisa seguir formalismos técnicos e que ainda não vai considerar novas medidas de arrecadação que serão publicadas pelo governo.

A piora de agora é decorrente de alguns fatores. Um deles é um aumento de gastos federais por conta do reajuste do salário mínimo de R\$ 1.302 para R\$ 1.320, no início deste mês. O gasto extra estimado é de cerca de R\$ 4 bilhões. Isso ocorre porque o mínimo nacional é usado como referência para aposentadorias e benefícios sociais do governo.

Além disso, foram liberados R\$ 7,3 bilhões em ajuda federal para os estados e municípios pagarem o piso da enfermagem neste ano.

Integrantes da equipe econômica afirmam ainda que as projeções de arrecadação devem ser afetadas pela diminuição do ritmo de trabalho de servidores da Receita Federal, que reivindicam a regulamentação de um bônus de produtividade.

A atuação dos servidores da receita fez com que não houvesse tempo hábil, por exemplo, de incorporar novas projeções de receitas decorrentes da decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de proibir empresas de abater incentivos fiscais concedidos pelos estados por meio do ICMS do cálculo dos tributos federais (IRPJ e CSLL). Com a decisão do STJ, os técnicos precisam trabalhar em novas notas.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 19/05/2023

CUSTO DA PETROBRAS PARA MANTER OPERAÇÕES NA FOZ DO AMAZONAS CHEGA A R\$ 3 MILHÕES POR DIA

Estatal informou que vai analisar o pedido do MME para manter a sonda de exploração de petróleo na área

Por Bruno Rosa



Petrobras já preparava um aerodromo no Oiapoque como base de apoio para a exploração na foz do Amazonas **Divulgação**

A Petrobras informou que vai analisar o pedido do ministro de Minas e Energia (MME), Alexandre Silveira, para manter a sonda de exploração de petróleo na área onde planejava perfurar um poço na bacia da Foz do Amazonas, na Margem Equatorial. Atualmente, a estatal gasta por dia R\$ 3 milhões com a manutenção de equipamentos e sonda na

região, de acordo com estimativas feitas por especialistas do setor.

Se levar em consideração que os equipamentos e a sonda começaram a ser instaladas desde o fim de outubro, os custos já ultrapassaram os R\$ 500 milhões.

Na noite de quarta-feira, o Ibama não concedeu a licença para que a Petrobras inicie a perfuração do primeiro poço, localizado a uma distância de 175 quilômetros da costa do Amapá e a mais de 500 quilômetros de distância da foz do rio Amazonas.

Em nota, a estatal disse que "analisará os pedidos do MME, sob a ótica jurídica e dentro de suas regras de governança, para que as suas instâncias internas competentes avaliem potenciais riscos jurídicos e econômicos decorrentes da solicitação".

Ontem, a estatal disse que segue comprometida com o desenvolvimento da Margem Equatorial como forma de assegurar a segurança energética do país. A companhia havia afirmado ainda que a sonda e os demais recursos mobilizados na região do bloco na costa do Amapá seriam direcionados, nos próximos dias, para atividades da companhia nas bacias da região Sudeste.

O ministro pediu, segundo a Petrobras, a manutenção da sonda e dos recursos destinados à realização do poço mobilizados "por tempo adicional que possibilite o avanço das discussões com o Ibama para o licenciamento" na área.

Segundo a Petrobras, o processo de licenciamento do bloco seguiu todo o rito definido pela legislação. Quando assumiu a operação do bloco pela BP Energy em 2020, a estatal diz que seguiu tudo o que Ibama estabeleceu como condição para a continuidade do processo de licenciamento ambiental, como investimentos no Aeroporto de Oiapoque como base aérea, o Porto de Belém como base logística, além do Centro de Reabilitação e Despetrolização de Fauna em Belém.

A estatal lembrou que em janeiro de 2023 o órgão ambiental ratificou a aprovação da modelagem de dispersão de óleo que foi feita. "A modelagem indica não haver qualquer probabilidade de toque de óleo na costa", disse a estatal, que lembra que o recolhimento do óleo, em possível vazamento, ocorreria em no máximo 60 horas.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 19/05/2023

GILMAR VOTA PARA MANTER REGRAS ATUAIS DE DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA

STF analisa regras para Brasil sair de convenções internacionais

Por Daniel Gullino — Brasília

O ministro Gilmar Mendes, durante sessão do STF Cristiano Mariz/Agência O Globo/11-05-2023



O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou nesta sexta-feira o julgamento de uma ação que pode alterar as regras para demissão sem justa causa no país. O julgamento foi reiniciado com o voto do ministro Gilmar Mendes, que defendeu uma posição que, na prática, significa a manutenção das regras atuais.

Outros dois ministros votaram pelo entendimento de que a revogação do decreto precisa ser referendada pelo Congresso, e que, portanto, cabe aos congressistas decidir se mantêm ou não a regra atual. O ministro Gilmar Mendes, que defendeu uma posição que, na prática, significa a manutenção das regras atuais.

O caso se arrasta há quase 25 anos e trata da adequação do Brasil a uma convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A Convenção 158 da OIT, à qual o Brasil subscreveu, determina que um trabalhador não pode ser demitido sem uma "causa justificada". É preciso que o empregador aponte uma justificativa, que pode ser baseada no comportamento do trabalhador ou "nas necessidades de funcionamento da empresa".

O Brasil chegou a aprovar essa convenção, mas logo depois deixou de cumpri-la por um decreto de 1996, do então presidente Fernando Henrique Cardoso. A ação no STF discute se o presidente poderia abandonar a convenção sem a autorização do Congresso.

Gilmar Mendes votou para determinar que, em casos como esse, o Congresso precisa aprovar a saída da convenção. Entretanto, o ministro considera que esse entendimento só deve valer a partir do julgamento de agora. Ou seja, não afetaria o decreto do ex-presidente Fernando Henrique e não alteraria as regras atuais de justa causa.

O mesmo entendimento já foi tido pelo ex-ministro Teori Zavascki (cujo voto continua valendo) e pelo ministro Dias Toffoli. Para Gilmar, essa solução traz mais segurança jurídica.

Diferentes teses

O caso começou a ser julgado em 2003, mas foi interrompido por seis pedidos de vista desde então. Até agora, já foram proferidos oito votos, incluindo de ministros que já se aposentaram, com diferentes teses.

O ministro aposentado Nelsom Jobim proferiu um voto que também mantém as regras atuais, mas com outro argumento: ele considerou que Fernando Henrique não precisava da autorização do Congresso para sair da convenção.

No sentido contrário, três ministros — entre eles Rosa Weber, atual presidente do STF — entendem que o presidente da República não pode, sozinho, revogar o decreto sem aprovação do Congresso, e que por isso a retirada do Brasil da Convenção 158 da OIT é inconstitucional.

Outros dois ministros votaram pelo entendimento de que a revogação do decreto precisa ser referendada pelo Congresso, e que, portanto, cabe aos congressistas decidir se mantêm ou não a regra atual.

Faltam ainda os votos dos ministros Nunes Marques e André Mendonça.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 19/05/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

ZURICH AIRPORT GANHA LEILÃO DE AEROPORTO NO RN COM DIFERENÇA DE APENAS R\$ 1 DO CONCORRENTE

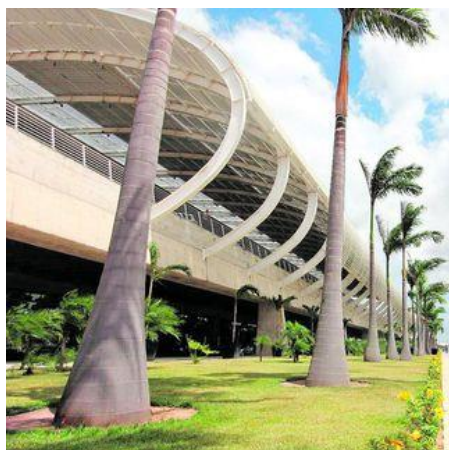
Empresa pagou R\$ 320 milhões por aeroporto que foi devolvido pela Inframerica; ágio foi de 41%

Por Elisa Calmon

A Zurich Airport AG foi a vencedora do leilão de relicitação do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante (ASGA), localizado no Rio Grande do Norte. A oferta ganhadora foi de R\$ R\$ 320.000.012,00, com ágio de 41%. A disputa ocorreu nesta sexta-feira, 19, na sede da B3, em São Paulo. Foi o primeiro leilão de concessão realizado pelo governo Lula.

O leilão foi disputado entre a empresa ganhadora e a NK 230 Empreendimentos e Participações, da XP Infra. O segundo maior lance foi de R\$ 320.000.011,00. Ou seja, perdeu por apenas R\$ 1 de diferença. A disputa começou com a abertura dos envelopes em que a Zurich ofereceu R\$ 250 milhões e a NK, R\$ 230 milhões.

Em seguida o certame foi para o viva-voz, em que a regra determinava propostas acima de R\$ 5 milhões cada. Só nessa etapa, foram 26 ofertas das duas concorrentes. Para ganhar, a NK teria de elevar sua aposta para R\$ 325 milhões e contar que a Zurich não cobrisse. Mas a empresa da XP desistiu do leilão. A diferença de R\$ 1 deveu-se ao acúmulo das proposta. Em alguns momentos as empresas ofereciam R\$ 5.000.001,00 outras R\$ 5.000.002,00.



O lance mínimo estipulado pelo governo era de R\$ 226,9 milhões e o novo contrato de concessão terá duração de 30 anos. Os valores projetados para o contrato contemplam uma receita estimada para toda a concessão de R\$ 1,32 bilhão.

Aeroporto de São Gonçalo do Amarante foi arrematado por R\$ 320 milhões Foto: Rayane Maiara/ Governo do Rio Grande do Norte

A licitação ocorreu após a operadora Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante devolver voluntariamente a concessão para o poder público em 2020.

Situado no município de São Gonçalo do Amarante, o ASGA está a 18 quilômetros do Porto de Natal e a 30 quilômetros do centro da capital potiguar. O terminal foi o primeiro do País a ser concedido à iniciativa privada, em 2011.

Dificuldades para a licitação

Na avaliação de Márcio França, ministro de Portos e Aeroportos, o leilão reforçou que é possível conciliar o público e privado nas operações de infraestrutura. Ele destacou ainda que o presidente Lula solicitou celeridade ao processo de licitação. No entanto, como se tratava do primeiro realizado nesse formato e pelo novo governo, considera natural ter encontrado dificuldades no caminho.

“Estamos felizes de ter conseguido realizar ainda no primeiro semestre. A nova operadora vai poder organizar a operação já para o próximo verão”, disse, durante a cerimônia de batida de martelo. Para o ministro, o ágio do leilão é menos importante, já que os valores já chegaram a ser muito altos em certames anteriores, inviabilizando a operação. “Queremos que o operador possa trabalhar com tranquilidade para oferecer um bom serviço”, disse.

Já a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, avaliou que o tempo em que o aeroporto ficou travado, após a devolução para o poder público, trouxe muitos prejuízos para o Estado. Por isso, comemorou o resultado. “O leilão foi exitoso e estamos dando um passo muito importante.”

Nos últimos meses, diversos investidores buscaram informações sobre o aeroporto, cuja administração foi transferida à iniciativa privada pela primeira vez em 2011, no governo de Dilma Rousseff (PT). No início de fevereiro, por exemplo, representantes de operadores como Fraport, Vinci, Zurich, CCR, Inframerica, Aena participaram de um roadshow para apresentar o projeto a potenciais interessados, mas não foram adiante para apresentar uma proposta. Especialistas já avaliam que, pelo perfil do aeroporto, faria sentido a Zurich disputar o ativo. A suíça Zurich opera os terminais de Florianópolis, Macaé e Vitória.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 19/05/2023

REFORMA TRIBUTÁRIA: GRUPO DE TRABALHO NA CÂMARA DEVE APRESENTAR RELATÓRIO EM 6 DE JUNHO

Antes disso, o deputado Aguinaldo Ribeiro diz que pretende se reunir com colegiado para elaborar a proposta de mudanças na tributação sobre consumo

Por Bruno Luiz e Francisco Carlos de Assis



O relator da reforma tributária na Câmara, deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), disse que deve apresentar o relatório do grupo de trabalho sobre o tema no dia 6 de junho. Até lá, Ribeiro pretende continuar colhendo contribuições ao texto e deve se reunir com o colegiado para elaborar a proposta de mudanças na tributação sobre consumo.

Antes disso, o deputado Aguinaldo Ribeiro que pretende se reunir com o colegiado para elaborar a proposta de mudanças na tributação sobre consumo. Foto: André Dusek/Estadão



“Esse relatório deve dar as diretrizes sobre a reforma. Estamos discutindo a reforma, ouvindo todos, avaliando todas as propostas. É importante a disposição de ouvir para construir o modelo que interessa ao nosso País”, afirmou Ribeiro ao Estadão/Broadcast nesta sexta-feira, 19.

O texto deveria ser apresentado no dia 16 de maio, mas o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), prorrogou a duração do grupo por mais 20 dias para que o relator possa negociar melhor as bases do relatório e reduzir as resistências à reforma.

Ribeiro ainda defendeu que a proposta de um Imposto sobre Valor Agregado Único (IVA) único, que aglutinaria os tributos federais, estadual e municipal, seria a melhor para o País.

“Tecnicamente, é muito melhor se ter IVA nacional com base ampla e legislação única. Do ponto de vista do cidadão e de quem produz, o melhor é o IVA único. Um só imposto que facilita a vida de todo mundo”, afirmou.

O relator disse não ser contra o IVA dual, que cria imposto federal único e um outro que junta tributos estadual e municipal, mas afirmou que ele é menos simplificado.

“O IVA único traz muito mais simplificação do que o IVA dual, que você tem mais um imposto subnacional. Não sou contra, se você tiver IVA dual, desde que respeite preceitos de simplificação, é a política que vai definir junto com a técnica.”

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 19/05/2023

O G-7 E O MUNDO EM CONVULSÃO

Encontro acontece em um contexto grandes mudanças na geopolítica global e posição neutra do Brasil, principalmente em relação ao conflito entre Rússia e Ucrânia, pode gerar consequências

Por Celso Ming

Depois de 14 anos, o Brasil voltou a participar da reunião do Grupo dos Sete (G-7), desta vez em Hiroshima, no Japão, com as principais nações industrializadas do mundo.

Criado em 1975, o G-7 tem por objetivo reunir os principais chefes de Estado e de governo para discutir e propor soluções para os principais problemas do planeta.

Até que ponto esse modelo funciona pode ser objeto de infindáveis discussões, porque muito do que ficou decidido ao longo destes anos não chegou a ser colocado em prática. No entanto, é mais provável que o mundo ganhou mais do que perdeu com esses encontros.

A participação do presidente Lula no evento passou a ser vista por especialistas como o retorno do Brasil ao multilateralismo nas relações internacionais, ou seja, a preferência pelo diálogo aberto e interação coletiva no processo de tomada de decisões, seja como método de negociação, de ação ou de regulação.

Esta reunião de cúpula aconteceu num momento de fortes convulsões na geopolítica global: guerra na Ucrânia; crise diplomática entre Estados Unidos, Rússia e China; ameaças nucleares do Irã; e a escalada das tensões entre China e Taiwan.

As discussões sobre possíveis saídas para o conflito parecem ter ficado contaminadas pelo aumento das sanções contra a Rússia.

As ameaças à saúde mundial, num quadro de pós-pandemia e de alastramento da fome, da pobreza e dos fluxos migratórios, são temas que preocupam as lideranças do mundo, até mesmo pelo seu inevitável impacto sobre as instituições democráticas. “O mundo percebeu que precisa desenvolver

arcabouço mais amplo para questões sanitárias porque possui poucas ferramentas para lidar contra pandemias”, avalia Leandro Consentino, cientista político e professor do Insper.

No campo macroeconômico, ainda como desdobramento da pandemia, há os problemas causados pelo alastramento da inflação e pelo alto endividamento das nações em desenvolvimento, em parte efeito dos despejos de recursos destinados a conter a covid-19.



E tem a encrenca das mudanças climáticas. Depois de ter passado quatro anos em que deixou passar a boiada na área ambiental, o Brasil parece ter voltado a ter condições de contribuir com mais soluções do que com criação de problemas. Lula reforçou cobranças para que os países líderes cumpram a promessa de doar US\$ 100 bilhões para proteção ambiental. O tempo dirá se terá sucesso.

Na questão da guerra, Lula tende a assumir posições carregadas de alguma ingenuidade. Se a invasão pela força de um país por outro é condenável, não se pode pretender que o país invadido aceite entregar de mão beijada território a troco de uma paz incerta.

“O presidente Lula parece não ter entendido que, depois da invasão da Ucrânia, os conflitos já não se resolvem apenas com conversas diplomáticas e com acordos comerciais. A defesa e a segurança se tornaram prioridades. Este é um mundo em guerra, e em guerra é preciso ter um lado. Não dá para ficar sobre o muro e querer abocanhar resultados financeiros”, avisa o economista e doutor em Relações Internacionais, Igor Lucena. /COM PABLO SANTANA

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 19/05/2023

ARCABOUÇO: LULA SÓ ENFRENTARÁ PRINCIPAL GATILHO REDUTOR DE GASTOS NO ÚLTIMO ANO DE MANDATO

Com alteração no relatório, mecanismo que reduz limite de crescimento de gastos de 70% para 50% da variação das receitas só entraria em ação dois anos após o descumprimento da meta
Por Mariana Carneiro

BRASÍLIA - Uma alteração na proposta do novo arcabouço fiscal, feita na Câmara, fará com que o governo Lula só perceba os efeitos totais dos gatilhos para a contenção de despesas no último ano do mandato, em 2026.

No relatório apresentado pelo deputado Cláudio Cajado (PP-BA), o mecanismo que reduz o crescimento de gastos de 70% para 50% da variação das receitas só entraria em ação dois anos após o descumprimento da meta fiscal estabelecida.



Cláudio Cajado, relator do arcabouço na Câmara. Foto: Lula Marques/Agência Brasil

Se o governo Lula não conseguir entregar o prometido em 2024, por exemplo, só em 2026 seria acionado o dispositivo de correção. O texto original do Ministério da Fazenda previa que o redutor passasse a valer no ano seguinte ao rompimento da meta.

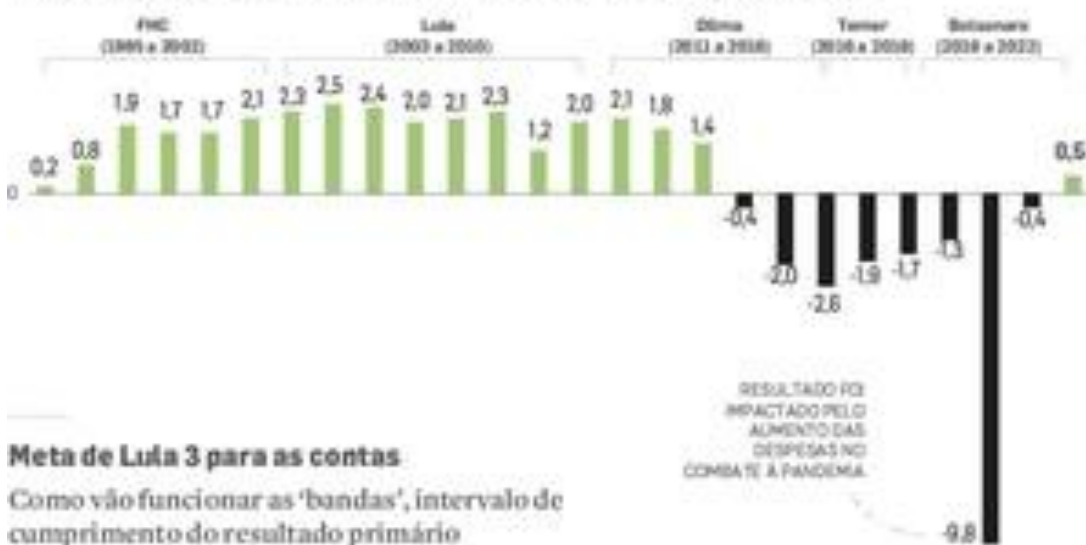
A medida restritiva é a principal alavanca para reduzir o gasto público em caso de descumprimento da meta

(receitas menos despesas, sem contar os juros da dívida). Isso porque forçaria o governo a reduzir a expansão do gasto de 70% da variação da receita para 50%.

O gatilho será acionado quando o governo não conseguir atingir o piso da meta -- já que há uma banda (intervalo de tolerância) de 0,25 ponto para baixo e para cima (veja infográfico abaixo). Por exemplo: em 2024, a meta é zerar o rombo das contas públicas. A banda vai, então, entre -0,25% o PIB e 0,25% do PIB. Se o governo tiver um déficit maior que 0,25% do PIB, o redutor será acionado.

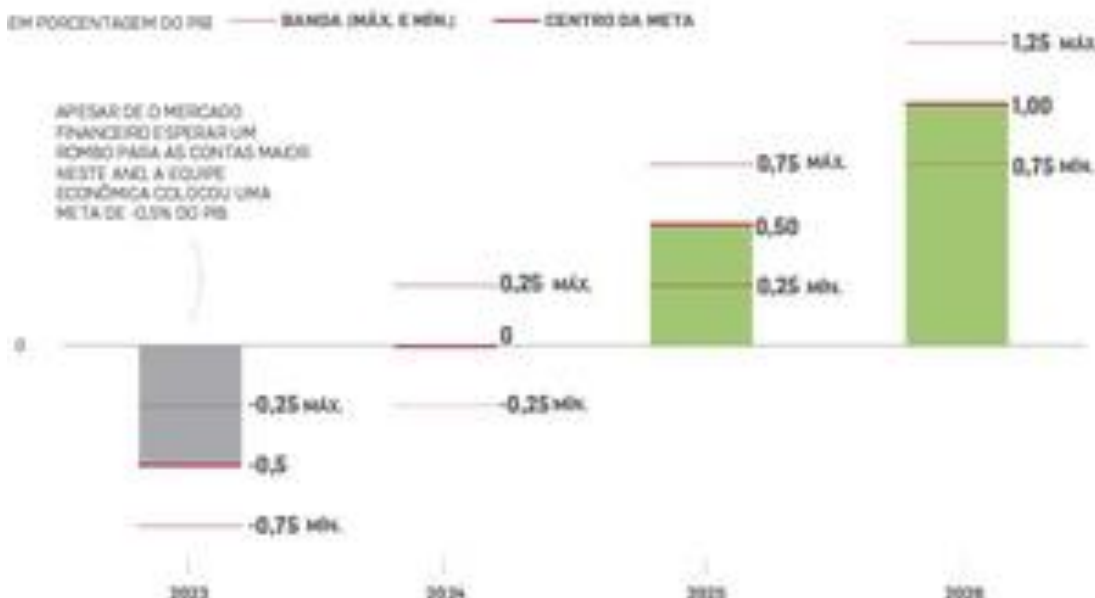
De FHC a Bolsonaro

Entenda como as contas fecharam em proporção do PIB de 1997 a 2022



Meta de Lula 3 para as contas

Como vão funcionar as 'bandas', intervalo de cumprimento do resultado primário



Segundo técnicos que acompanham o relator, a alteração foi feita para evitar que uma correção de rota feita às pressas incidisse apenas sobre os gastos discricionários (não obrigatórios) do governo, como investimentos.

Apesar de o redutor só ser acionado no segundo ano de descumprimento da meta, parte das novas sanções de contenção de gastos incluídas no relatório passam a vigorar já no ano seguinte caso o governo não atinja o resultado estabelecido.

Em caso de descumprimento da meta no 1º ano, fica proibido:

- Criar cargos que impliquem aumento de despesa;



- Alterar estrutura de carreira;
- Criar ou aumentar auxílios;
- Criar despesa obrigatória;
- Reajustar despesa obrigatória acima da variação da inflação;
- Ampliar subsídios e subvenções;
- Conceder ou ampliar benefício tributário.

Em caso de descumprimento da meta no 2º ano, fica proibido:

- Todas as medidas anteriores;
- Realizar reajuste de despesas com servidores;
- Admissão ou contratação de pessoal, ressalvadas as posições de vacância;
- Realizar de concursos públicos, exceto para reposições de vacância.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 19/05/2023

‘PRÓXIMO PASSO É CONVENCER PETROBRAS A BAIXAR PREÇO DO QUEROSENE DE AVIAÇÃO’, DIZ MÁRCIO FRANÇA

Segundo ministro, produto representa apenas 3% da receita da estatal, mas tem peso de 40% nas passagens aéreas

Por Elisa Calmon

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, voltou a falar sobre os altos preços de passagens aéreas no Brasil. Entre as medidas para diminuir as tarifas, citou a diminuição do querosene de aviação (QAV) pela Petrobras, a entrada de companhias low cost no País e o programa de governo “Voa Brasil”.

França afirmou que tem conversado com o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, sobre os valores de combustível. “O próximo passo é convencer a Petrobras a baixar o QAV. Vamos voltar a conversar para encontrar um mecanismo”, afirmou a jornalista após o leilão de relicitação do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante promovido nesta sexta-feira, 19, na sede da B3 em São Paulo.

Para o ministro, a parte mais difícil já foi feita, com a diminuição dos preços de diesel e gasolina pela Petrobras. Além disso, ele destaca que o QAV representa apenas 3% da receita da estatal, enquanto tem peso de 40% nas passagens.

Márcio França afirmou que vai voltar a conversar com a Petrobras para encontrar um mecanismo que beneficie empresas aéreas em relação ao preço do querosene

França não deu detalhes sobre a entrada de empresas low cost no Brasil, mas relatou que companhias desse tipo têm voltado a ter interesse no País e estão em negociação para voar aqui.

Além de oferecer viagens mais baratas, elas aumentariam a competição no mercado nacional, ajudando a reduzir as tarifas, ainda segundo o ministro. “Esse é mais um estímulo para aéreas baratarem passagens e justifica a lógica de correrem até agosto para fazer o programa Voa, Brasil”, acrescentou.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 19/05/2023

PRÉVIA DO PIB: ATIVIDADE ECONÔMICA TEM LEVE QUEDA EM MARÇO APÓS TRÊS ALTAS SEGUIDAS

Índice de Atividade Econômica do Banco Central caiu 0,15% no mês; em fevereiro, alta havia sido de 2,53%

Por Thais Barcellos

BRASÍLIA - A economia brasileira registrou leve queda em março, quebrando a sequência de três altas consecutivas, conforme o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br). O indicador caiu 0,15%, na série livre de efeitos sazonais. Em fevereiro, a alta havia sido de 2,53% (dado atualizado nesta sexta-feira, 19).

De fevereiro para março, o índice de atividade calculado pelo BC passou de 147,31 pontos para 147,09 pontos na série dessazonalizada. O resultado de março, mesmo com a queda, na comparação histórica é o segundo melhor desde março de 2014 (147,80 pontos), perdendo apenas para fevereiro de 2023.

O dado do IBC-Br ficou abaixo do esperado pela maioria do mercado financeiro, conforme pesquisa realizada pelo Estadão/Broadcast. O índice ficou aquém da mediana positiva de 0,30%, mas dentro do intervalo, que ia de queda de 1,10% a alta de 0,90%.



IBC-Br serve como parâmetro para avaliar o ritmo da economia brasileira ao longo dos meses
Foto: Dida Sampaio/Estadão

Já na comparação entre os meses de março de 2023 e de 2022, houve crescimento de 5,46% na série sem ajustes sazonais. Esta série registrou 157,31 pontos no terceiro mês do ano, o melhor desempenho para o período da série histórica do IBC-Br, iniciada em 2003.

O indicador de março ante o mesmo mês de 2022 surpreendeu positivamente, ficando acima da mediana de 3,90% da pesquisa do Estadão/Broadcast. As expectativas coletadas no levantamento variavam de 1,00% a 6,30%.

Conhecido como uma espécie de “prévia do BC” para o Produto Interno Bruto (PIB), o IBC-Br serve mais precisamente como parâmetro para avaliar o ritmo da economia brasileira ao longo dos meses.

A projeção atual do BC para a atividade doméstica em 2023 é de crescimento de 1,2%, conforme o Relatório Trimestral de Inflação (RTI) de março. Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, adiantou que a estimativa oficial do governo deve aumentar de 1,60% para 1,90%.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 19/05/2023

‘O MERCADO NÃO ESTÁ CHEGANDO AOS NÚMEROS DO GOVERNO NO PRÓXIMO ANO’, DIZ MANSUETO ALMEIDA

Ex-secretário do Tesouro afirma que o Congresso melhorou arcabouço fiscal, mas alerta que governo ficará muito dependente da arrecadação, sobretudo com expansão maior de gastos em 2024

Por Adriana Fernandes e Mariana Carneiro

ENTREVISTA COM

Mansueto Almeida - ex-secretário do Tesouro e economista-chefe do BTG Pactual

BRASÍLIA - Um dos principais especialistas em contas públicas do País – e mais ouvidos pelos parlamentares –, o ex-secretário do Tesouro Nacional Mansueto Almeida critica o dispositivo inserido no arcabouço fiscal que permite ao governo Lula aumentar as despesas em 2024 já no limite máximo da nova regra de crescimento de gastos: 2,5% acima da inflação.

A exceção foi incluída no relatório do deputado Cláudio Cajado (PP-BA), a pedido do governo. O projeto tem votação prevista para a próxima semana.

Ao Estadão, Mansueto, atual economista-chefe do BTG Pactual, defende que a regra de despesa para 2024 fique em torno de 1% acima da inflação – a regra prevê crescimento real entre 0,6% e 2,5%. “O mercado não está chegando aos números do governo do próximo ano”, disse. Segundo ele, com a largada de 2,5%, a despesa crescerá acima do Produto Interno Bruto (PIB) em 2023, 2024 e 2025.

Mansueto viu, porém, avanços no relatório, como a volta do chamado contingenciamento, o bloqueio preventivo de recursos para o cumprimento das metas fiscais. A seguir, os principais trechos da entrevista.



'Se o governo não conseguir com essa revisão de regime especial de tributação para arrecadar o que precisa, vai ter que partir para aumento de carga tributária', diz Mansueto Almeida Foto: Amanda Perobelli/ Reuters

Qual é a sua avaliação do relatório do deputado Cajado?

O Congresso melhorou (o arcabouço). Tanto que algumas instituições que estavam mais na ponta pessimista reagiram muito bem. O relatório voltou com o contingenciamento, o que é importante. Não volta ao sistema antigo porque agora tem um limite mínimo, um teto também para o contingenciamento. Antes não tinha isso. Mas o contingenciamento voltou a ser obrigatório. O governo faz o contingenciamento e, mesmo assim, se não cumprir a meta não é criminalizado. Mas, se ele notar que não vai entregar a meta, e não tomar nenhuma atitude para implementar o contingenciamento, tem a responsabilização criminal.

Por que a obrigatoriedade do contingenciamento é tão importante?

Aumenta a credibilidade (no cumprimento da meta). Outro ponto muito importante foi a decisão de tirar a receita extraordinária do cálculo do crescimento da receita. O fato também de o relator ter incluído algumas coisas a mais dentro do limite do teto (como piso da enfermagem e capitalização de estatais não financeiras). Mas o ponto que o Estadão levantou (brecha para aumentar o espaço para gasto) é bem ruim.

Qual é o seu cálculo do aumento do espaço para gastos com essas brechas? O ex-secretário do Tesouro, Jeferson Bittencourt, apontou um valor de R\$ 80 bilhões.

É mais ou menos isso mesmo. Tem também a questão que o economista Fabio Serrano, que trabalha comigo, colocou (incorporação ao teto do valor de R\$ 23 bilhões do bônus de investimento de 2023). Começar o crescimento da despesa em 2024 em 2,5%, não gostei mesmo. O ponto de partida de crescimento da despesa deste ano já é muito grande, de 6% real (acima da inflação), com um PIB que vai crescer pouco acima de 1%. No ano que vem, vai ter o crescimento da despesa em 2,5%, também maior do que o PIB. Como o governo vai ter que fazer um esforço de arrecadação grande, possivelmente vai para 2025 com uma despesa crescendo 2,5%. Teremos a despesa crescendo acima do PIB em 2023, 2024, 2025. Aí, eventualmente, em 2026, a despesa se estabiliza ou cai muito pouco.

Qual é a implicação, para o ajuste fiscal, de começar no topo do limite da regra?

Eu achava que o ponto de partida deveria ser o crescimento em 0,6%, e não em 2,5%. Para cumprir a meta fiscal, o governo ficará dependendo muito do crescimento forte da arrecadação. O que não está claro ainda no arcabouço é o seguinte: no setor privado, ninguém consegue chegar aos números de arrecadação do governo. É certo que o governo tem informação mais detalhada de empresas por CNPJ. O setor privado não tem isso. Pega por agregado e, a partir das medidas que foram divulgadas, tenta ver o que vem de arrecadação. Se pegarmos 50 instituições e consultorias diferentes, ninguém consegue simular os números de arrecadação que o governo está divulgando. Seria importante o governo divulgar com mais clareza uma nota técnica mostrando detalhadamente de onde vem o aumento da arrecadação.

Qual a necessidade de arrecadação?

É preciso deixar claro, que além do crescimento normal de arrecadação que acompanha o crescimento da economia, o PIB, estamos falando de um plano fiscal que, sendo muito otimista para entregar o que foi prometido, o governo vai precisar de arrecadação extra no final desse mandato de R\$ 200 bilhões por ano. E esse aumento terá que ser recorrente. E o aumento maior tem que ser no primeiro ano. É um plano que depende muito de arrecadação e você que tem anos de Brasília sabe que mexer em regime especial tributário é sempre muito difícil. Todo mundo torce para que dê certo, mas sabemos como é difícil. Mas se ficar claro que ele vai conseguir entregar o que está prometendo para 2024, que é um déficit primário (rombo nas contas) próximo de zero, o mercado ainda melhora.

Essa melhora do mercado já foi significativa?

Nos últimos 30 dias, o mercado melhorou muito. A curva de juros voltou, basicamente, ao final da eleição. No final da eleição, quando se olhava o juro para 2025, 2027, 2029, estava um pouquinho acima de 11%. O cenário internacional para Brasil não está ruim porque, há três meses, o mercado estimava que o juro americano poderia bater 6%. Agora, todo mundo acredita que o Fed (banco central dos Estados Unidos) parou de aumentar os juros, que ficou em 5,1%. Como os juros aqui estão muito altos, tem um diferencial muito grande, o que acaba ajudando a valorização do real. O cenário de câmbio, que está mais próximo de R\$ 4,90, é muito bom. E pode até melhorar. A Bolsa teve uma recuperação.

O crescimento da dívida pública vai se estabilizar no governo?

A dívida do Brasil não vai se estabilizar nesse governo, mesmo o plano fiscal sendo entregue como os números que o ministro Haddad falou: déficit de R\$ 100 bilhões esse ano, zero em 2024 e R\$ 50 bilhões de superávit em 2025 e R\$ 100 bilhões em 2026. No nosso cálculo, se eles entregarem o que foi prometido, a dívida termina o governo na casa de 81% do PIB.

Com as brechas do relatório que aumentam o espaço para gasto, esse cenário ainda está válido?

Depende. Com essas medidas todas e começando o plano em 2024 com um crescimento real da despesa de 2,5%, após um ano de alta real de 6%, a dependência deles de arrecadação aumentou muito. Com o que eles estão divulgando, em geral, estão mudando a velocidade de crescimento da dívida. No nosso cálculo, sem ajuste fiscal, a dívida já bateria 81% do PIB no próximo ano. Se eles entregarem o que eles prometeram, a dívida, ao invés de crescer de 73% para 81% do PIB em dois anos, vai ter o mesmo crescimento, só que em quatro anos. E se eles não entregarem o que prometeram, a dívida vai, ao final do governo, para 83%, 84% e até um pouco mais.

Qual o histórico do governo?

Se olharmos o histórico do Brasil, os dados do Tesouro de 1997 até 2015, é um País em que o gasto real cresceu, em média, 6% ao ano. Quando se coloca na regra, que no máximo, no pior dos casos, vai crescer 2,5%, tem um avanço em relação ao histórico do Brasil. Por outro lado, é um plano que depende de aumentar a arrecadação em dois pontos percentuais do PIB. Se a carga tributária no ano passado foi de 34% do PIB, vamos ter que ir para um País em que a carga tributária recorrente fique próxima de 36% do PIB.

Quais as maiores incertezas?

Tem muita coisa que ainda tem dúvida. O governo soltou uma Medida Provisória que mexe na tributação de fundo offshore, que até é uma medida correta. Mas soltou por MP, e parece que não foi combinado com o Congresso. Então, vai ter que ter uma nova negociação para ver qual é o instrumento. No plano do governo, eles fariam a reforma do IVA (Imposto sobre Valor Agregado) até junho, mas está muito difícil. Possivelmente, essa reforma vai entrar no segundo semestre do ano. E eles tinham prometido a reforma de Imposto de Renda para depois da reforma do IVA. Para arrecadar mais no ano quem com a reforma do IR, tem que fazer até dezembro. Possivelmente essas coisas vão ter que andar juntas. E não sabemos ainda qual é a força política do governo no Congresso. O Congresso começou de fato a trabalhar medidas importantes mais ou menos em abril. Os congressistas falam com muita convicção: aumento de imposto, de jeito nenhum.



Com um dos economistas mais ouvidos pelos parlamentares, o Congresso deveria fechar as brechas abertas no relatório?

O Congresso tem que ter consciência de que a despesa esse ano vai crescer 6% em termos reais, o que não é pouca coisa. Inclusive, o empoçamento de despesa (gastos liberados e não executados), que sempre tem no Orçamento, esse ano vai ser muito maior, porque não dará tempo de executar um momento tão grande de despesa. Quando é Bolsa Família, se consegue executar, mas quando tem despesas novas como investimento, levam tempo entre empenhar, fazer licitação, começar a obra e pagar. Então, acho que o empoçamento esse ano vai ser bem grande. Então, vai até sobrar dinheiro do Orçamento e eles deveriam começar 2024, com um crescimento real da despesa menor.

Tem o impacto da política de aumento real do salário mínimo...

Se não dá (crescer o gasto) 0,6% (acima da inflação, em 2024), começa com um pouco mais, cerca de 1%. Quanto maior for o crescimento da despesa no ano que vem, maior vai ser a necessidade de arrecadação. E não sei se o governo vai conseguir um momento de arrecadação tão grande, tão grande. Com um crescimento de 2,5%, a despesa nominal do governo federal no que ano que vem vai crescer R\$ 175 bilhões. Se o crescimento real fosse de 0,6%, a despesa cresceria R\$ 40 bilhões a menos. Quando colocaram um crescimento de partida de 2,5%, eles vão além do que seria preciso. Pegar mais R\$ 40 bilhões de arrecadação não é pouca coisa.

O substitutivo do deputado Cajado teria de fixar um valor menor para o ponto de partida?

Eu acho. Seria muito melhor. É um debate para o Congresso ter. Se ficar claro que vamos ter um resultado das contas públicas próximo de zero em 2024, vai ajudar muito o que a gente chama de ancorar as expectativas e, eventualmente, abrir espaço para corte de juros. Foi publicado um indicador diário de condições financeiras, que vamos começar a divulgar toda semana, que mostra que estamos num nível de restrição financeira bem apertada, semelhante a logo que ocorreu a pandemia, que trancou o mercado, e a 2015 e 2016. As condições financeiras para as empresas estão muito pesadas. Elas estão tendo muita dificuldade de levantar capital e, quando levantam, têm que pagar um juro muito alto. Seja lançado um título próprio, seja pegando um crédito bancário. Isso era para machucar o crescimento, mas todo mundo revisou a expectativa de crescimento do PIB deste ano.

Por quê?

Estamos com uma situação financeira apertada para as empresas, mas estamos com a demanda crescendo muito. A massa salarial do primeiro trimestre deste ano contra o primeiro trimestre do ano passado está com crescimento real de 10%. Estamos com uma política fiscal expansionista esse ano. Ainda temos muitos fatores de inflação de demanda que estão dificultando o trabalho do Banco Central. Isso significa que as condições de liquidez da economia vão ficar ainda muito apertadas para trazer a inflação para a meta. Seria bom que o crescimento do gasto no próximo ano fosse menor do que o do PIB. Seria um bom ponto de partida, que ajudaria mais o trabalho do BC.

O atual teto de gastos também teve no primeiro ano uma exceção?

No primeiro ano do teto, de fato foi definido que a expansão nominal seria de 7%. Mas a inflação esperada naquele momento era bem alta, e vínhamos de um ano que não tinha muita gordura. Em 2017, o governo aumentou o imposto sobre combustível porque estava em risco de não cumprir a meta e o cortou o investimento. Não estava aumentando o gasto. Tem que ficar uma coisa muito clara para todo mundo: se o governo não conseguir com essa revisão de regime especial de tributação para arrecadar o que precisa, vai ter que partir para aumento de carga tributária. É uma escolha política. Quando for na próxima eleição presidencial, estaremos discutindo ainda o ajuste fiscal.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 19/05/2023

VALOR ECONÔMICO (SP)

INDENIZAÇÃO À INFRAMÉRICA PODERÁ SER FEITA COM ACERTO DE CONTAS NO AEROPORTO DE BRASÍLIA, DIZ MINISTRO

A transferência do aeroporto do Rio Grande do Norte da Inframérica à Zurich só pode acontecer uma vez que a indenização pelos investimentos realizados e não amortizados for paga, afirmou Márcio França

Por Taís Hirata, Valor — São Paulo

O pagamento da indenização à Inframérica pela devolução da concessão do aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN) poderá ser feito por meio de um acerto de contas com as outorgas anuais devidas pelo aeroporto de Brasília, também operado pela empresa argentina, em parceria com a Infraero.

“A Inframérica tem pagamentos a serem feitos todos os anos, pelos próximos anos. Neste ano, deve ficar próximo do que eles têm a receber pelo Rio Grande do Norte”, afirmou o ministro dos Portos e Aeroportos, Márcio França.

Ele também afirmou que não haveria dificuldade para incluir a rubrica no orçamento deste ano, se necessário.

A transferência do aeroporto potiguar da Inframérica à Zurich só pode acontecer uma vez que a indenização pelos investimentos realizados e não amortizados for paga. Parte do ressarcimento deverá ser pago diretamente pela Zurich, que ofereceu R\$ 320 milhões no leilão realizado nesta sexta. Porém, a diferença deverá ser desembolsada pela União.

O valor final do ressarcimento foi calculado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) em R\$ 550 milhões. O valor poderá sofrer variações decorrentes de correção monetária ou eventuais descontos por multas não pagas e reequilíbrios pendentes.

O montante final deverá ser definido pela agência em um prazo de cerca de um mês, segundo o presidente da Anac, Tiago Sousa Pereira. “O processo será sorteado a um diretor que vai relatar. Esperamos que em cerca de um mês tenhamos o valor final, para submeter ao TCU [Tribunal de Contas da União]”, disse.



Aeroporto Internacional de Brasília — Foto: Ruy Baron/Valor

Nova portaria sobre uso de precatórios O Ministério dos Portos e Aeroportos prevê que a nova portaria sobre o uso de precatórios para o pagamento de outorgas de concessões seja publicado pela Advocacia Geral da União (AGU) em cerca de 15 dias, afirmou França.

“O Messias [Jorge Messias, ministro da AGU] disse que em 15 dias faria a nova portaria disciplinando as regras. Isso será feito em conjunto com a Fazenda”, disse.

Ele explica que há algumas dúvidas sobre os procedimentos referentes ao pagamento. Uma delas, por exemplo, no caso dos aeroportos, é se o Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac), que pela lei é quem recebe as outorgas das concessões, será ressarcido, caso sejam usados precatórios de outros



órgãos. Além disso, não está claro se outorgas contratadas antes da emenda constitucional que permitiu o uso dos precatórios também poderão ser abatidas dessa forma.

A discussão tem travado a assinatura das concessões da Aena, que conquistou o bloco de 11 aeroportos liderado por Congonhas, e da XP, que arrematou o bloco de Campo de Marte e Jacarepaguá.

“Estes são os primeiros casos, então é natural que tenha alguma discussão sobre isso”, disse o ministro. “A Fazenda reembolsará os fundos? E, se precatórios que são posteriores, por exemplo, que vencem em 2024, 2025. Tem que ter deságio para que sejam aceitos, ou serão aceitos por valor de face? E tem outro detalhe, uma outorga anterior à emenda constitucional pode aceitar? Posso aceitar no caso das empresas querem antecipar outorgas futuras? São decisões que o governo terá que tomar”, afirmou.

“E naturalmente pode acontecer judicialização de qualquer jeito”, disse. Ele avalia que a eventual aceitação de precatórios em concessões leiloadas antes da emenda constitucional poderia gerar questionamentos de grupos que participaram da concorrência, mas perderam. “Então não é algo simples. Todo mundo quer tomar as precauções para não ter problemas futuros.”

Posição do TCU

O governo federal aguarda um posicionamento do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a possibilidade de encerrar os processos de devolução em curso dos aeroportos de Viracopos (SP) e Galeão (RJ), além de possíveis renegociações dos contratos, afirmou o ministro.

“Nosso entendimento é que é possível fazer ‘desistência da desistência’. Mas para reforçar fizemos uma consulta por escrito ao presidente do TCU. Ele já sorteou o relator, que será o ministro Vital do Rêgo. Em duas semanas devemos ter também um apontamento do TCU, se é possível operar a desistência da desistência, em quais condições e eventualmente fazer uma remodelação do contato, em função dessa nova circunstância”, disse ele.

No caso do aeroporto do Galeão, o governo federal adiou uma reunião que seria realizada neste mês com o governo do Rio e a prefeitura da capital, porque o presidente Luís Inácio Lula da Silva pediu para estar presente no encontro. Além disso, a operadora Changi também pediu o adiamento para o fim de maio, porque a empresa precisaria conversar com o conselho do grupo, em Cingapura.

“A empresa disse que quer desistir da desistência, mas não fizeram isso ainda com documento. E para iniciar o procedimento precisamos começar com os documentos”, disse o ministro.

Em relação a Viracopos, ele afirmou que o processo está mais adiantado e que, neste momento, “está sendo feito o acordo sobre o que cada um tem que pagar de ressarcimento do seu lado, na arbitragem”.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 19/05/2023

DESTAQUE - VALOR ECONOMICO - RELICITAÇÃO DE AEROPORTO

A Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) marcou para esta sexta (19), a partir das 10h, a relicitação do aeroporto de São Gonçalo do Amarante, o terminal de Natal (RN). O leilão do primeiro aeroporto privatizado do país vai ocorrer na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo, e o lance mínimo foi estabelecido em R\$ 226,9 milhões. O evento deve contar com a participação do ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França. Foi o primeiro do Brasil a ser concedido à iniciativa privada, em 2011, fazendo parte do primeiro leilão de aeroportos. Segundo a agência de aviação, o leilão se dará pela maior contribuição inicial ofertada para a ampliação, manutenção e exploração do aeroporto pelo prazo de 30 anos.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 19/05/2023

RELATOR DO MINHA CASA QUER INCLUIR BENEFÍCIOS FISCAIS PARA MORADIAS SUSTENTÁVEIS

Relator avalia criar uma tabela progressiva de benefícios fiscais para empresas que construírem as unidades habitacionais em centros urbanos e já abastecidas com energia limpa

Por Juliana Braga, Folhapress — Brasília



Telhado com energia solar: a instalação de placas solares também deve ser levada em consideração — Foto: Pixabay

O deputado federal Marangoni (União-SP), relator da MP (medida provisória) do novo Minha Casa, Minha Vida, pretende apresentar seu parecer na próxima semana. A expectativa é de que ele seja votado na sequência na comissão especial.

Marangoni avalia criar uma tabela progressiva de benefícios fiscais para empresas que construírem as unidades habitacionais em centros urbanos e já abastecidas com energia limpa.

A ideia foi debatida com os ministros da Casa Civil, Rui Costa, das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e das Cidades, Jader Filho.

"Nesse critério de pontuação, quanto mais bem localizado, com mais infraestrutura, mais equipamento público, mais próximo do comércio, mais próximo do emprego, a gente aumenta o nível de incentivo fiscal para esses empreendimentos", disse Marangoni. O benefício fiscal atual, segundo o relator, é de 4%.

Também devem ser levados em consideração nessa tabela o reaproveitamento da chamada água cinza, aquela resultante do uso na pia, chuveiro, tanque ou máquina de lavar roupa, e a instalação de placas solares, por exemplo.

Marangoni pretende incluir em seu relatório incentivos para a conectividade das unidades, com construções já equipadas com estrutura para banda larga e internet de alta velocidade.

Ao longo do processo de maturação, o deputado realizou oito audiências públicas em diferentes estados. A última foi em São Paulo, na quarta-feira.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 19/05/2023



AGÊNCIA BRASIL - DF

ATIVIDADE ECONÔMICA CRESCE 2,41% NO PRIMEIRO TRIMESTRE, INFORMA BC

Em 12 meses, o indicador ficou positivo em 3,31%

Por Andreia Verdélio - Repórter da Agência Brasil - Brasília

A atividade econômica brasileira apresentou crescimento no primeiro trimestre deste ano, segundo informações divulgadas nesta sexta-feira (19) pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) teve alta de 2,41% de janeiro a março em relação ao trimestre



anterior (outubro a dezembro de 2022), de acordo com dados dessazonalizados (ajustados para o período).

Em comparação ao trimestre de janeiro a março de 2022, alta foi de 3,87% (sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais).

Em março de 2023, o IBC-Br teve queda de 0,15%, atingindo 147,09 pontos. Na comparação com o mesmo mês de 2022, houve crescimento de 5,46% (também sem ajuste para o período). Desde agosto do ano passado, o IBC-Br vinha caindo, com interrupção da retração em dezembro, quando houve alta, seguida de estabilidade em janeiro, alta em fevereiro e, agora, nova queda.

No acumulado em 12 meses, o indicador ficou positivo em 3,31%.

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica do país e ajuda o BC a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 13,75% ao ano, o maior nível desde janeiro de 2017, quando também estava nesse patamar. O índice incorpora informações sobre o nível de atividade de setores da economia – indústria, comércio e serviços e agropecuária –, além do volume de impostos.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Desse modo, taxas mais altas ajudam a redução da inflação, mas também podem dificultar a expansão da economia. Ainda assim, o resultado do IBC-Br do trimestre aponta uma recuperação da atividade.

O indicador oficial da economia brasileira, entretanto, é o Produto Interno Bruto (PIB), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com resultado trimestral, o valor do primeiro trimestre de 2023 será divulgado em 1º de junho. O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país.

Em 2022, o PIB do Brasil cresceu 2,9%, totalizando R\$ 9,9 trilhões.

Edição: Kelly Oliveira
Fonte: Agência Brasil - DF
Data: 19/05/2023

GUIA VAI ORIENTAR ESTRANGEIROS PARA INVESTIR NO TURISMO DO BRASIL

Material trará relatórios sobre cenário econômico atual
Por Daniella Almeida - Repórter da Agência Brasil - Brasília

O Brasil terá um guia detalhado de informações para atrair investimentos estrangeiros para o turismo do país. O Guia UNWTO Tourism Doing Business fornece informações e orientações sobre condições para o investimento estrangeiro direto em um país, avaliando várias questões.

O anúncio sobre a confecção do guia foi feito, nesta quinta-feira (18), em conjunto pela ministra do Turismo, Daniela Carneiro; pelo presidente do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), Oscar Rueda; e pelo diretor da Organização Mundial do Turismo (OMT) para as Américas, Gustavo Santos. Eles participam da 118ª reunião do Conselho Executivo da Organização Mundial do Turismo, na República Dominicana.

A iniciativa não terá ônus para o governo brasileiro e será financiada pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), que trabalha para promover o desenvolvimento sustentável e a integração da região.

O Guia



As publicações da Organização Mundial do Turismo (OMT), a agência da Organização das Nações Unidas (ONU) para setor são personalizadas para cada país, a exemplo, do que já foi editado para Colômbia, Tanzânia, República Dominicana e Paraguai.

Por isso, o material sobre o Brasil trará uma série de relatórios sobre o cenário econômico atual, população, competitividade do setor de turismo, tipos de turismo e outras informações que possam atrair investimentos que resultem em empreendedorismo, geração de emprego e renda no país estudado.

O diretor da Organização Mundial do Turismo para as Américas, Gustavo Santos, destacou que trabalha ao lado do Brasil para alavancar o potencial do guia. “A OMT é parceira do turismo no Brasil e essa publicação será um importante material de divulgação das oportunidades de investimento no país”.

A ministra do Turismo, Daniela Carneiro, que representa o Brasil no encontro na República Dominicana, comentou sobre essa publicação. “Esta parceria resultará em um importante salto do Brasil rumo a um ambiente mais atrativo para investidores e para tornar nosso país cada vez mais competitivo.”

Edição: Valéria Aguiar
Fonte: Agência Brasil - DF
Data: 19/05/2023

NÚMERO DE TRABALHADORES COM MAIS DE 50 ANOS DOBROU NO PAÍS

Levantamento do Senai mostra aumento entre 2006 e 2021
Por Agência Brasil - Brasília

Em 15 anos, o número de trabalhadores acima de 50 anos dobrou no país. Em 2006, eram 4,4 milhões de pessoas e, em 2021, passaram para 9,3 milhões – aumento de 110,6%. O levantamento é do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), ligado à Confederação Nacional da Indústria (CNI), a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que disponibiliza dados sobre mercado de trabalho para estatísticas.

Conforme o levantamento, no período analisado, o estoque de emprego geral cresceu 38,6%, o que mostra o ritmo de crescimento da presença de trabalhadores com 50 anos ou mais foi quase três vezes maior em comparação ao emprego geral.

Os trabalhadores na faixa etária dos 50 ocupavam 12,6% das vagas em 2006. O percentual subiu para 19,1% em 2021. “A participação desse grupo no estoque de emprego formal cresceu 51,6% nessa década e meia”, revela a pesquisa.

Para o Senai, os resultados apontam para uma tendência e a importância de elaboração de políticas, por parte dos governos, empresas e instituições de ensino, focadas na requalificação desses profissionais com objetivo da permanência no mercado de trabalho ou recolocação.

Mulheres

Em uma década e meia, a participação das mulheres com mais de 50 anos no mercado de trabalho cresceu mais em relação a dos homens da mesma faixa etária. Entre elas, a alta foi de 120% entre 2006 e 2021. Porém, as mulheres respondem por menos da metade dos trabalhadores (42,4%) acima de 50.

Setores

Entre os setores da economia com maior contratação de pessoas com 50 anos ou mais, aparecem comércio (164%), serviços (136%) e indústria (96%).

Apenas a indústria (transformação, extrativa mineral, serviços de utilidade pública e construção civil) registrou 1,5 milhão de funcionários na faixa etária no ano de 2020.

Estados e região

Na análise por regiões, metade dos trabalhadores está no Sudeste. Porém, as regiões Norte e Centro-Oeste foram as com os maiores aumentos proporcionais de contratação, sendo 129% e 132% respectivamente, superando a média nacional de 110,5%. “Todos os estados do Nordeste e do Sudeste tiveram um ritmo de contratações de 50+ abaixo da média, com exceção do Maranhão, que aumentou em 139,4%, e de São Paulo, com 118,6%”, aponta a pesquisa.

Edição: Carolina Pimentel

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 19/05/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

ZORTEA ENTREGA PROJETO EM SÃO FRANCISCO DO SUL NA PRÓXIMA SEMANA

Da Redação* PORTOS E LOGÍSTICA 19/05/2023 - 20:44



Divulgação Zortea

Escopo no berço do Tesc inclui silos verticais para soja, além de obras complementares. Construtora percebe crescimento em demandas do agronegócio a partir de maio

A Zortea Construções entregará, na próxima semana, um complexo industrial em São Francisco do Sul (SC). O projeto, que inclui silos verticais para soja, além de obras complementares, abrange um terminal portuário para exportação de granéis, no berço privado (Tesc) do

porto local. De acordo com a construtora, focada no agronegócio e em obras portuárias, o pacote será concluído em 14 meses de execução, com a entrega e inauguração oficial prevista para quinta-feira (25).

A obra, em contrato turn-key com a Zortea, contempla a recepção rodoviária com duas plataformas basculantes; três silos verticais (com capacidade total de 90.000 toneladas de armazenagem); e a expedição portuária com equipamentos (shiploder) para 2.000 toneladas por hora.

De acordo com a Zortea, o investimento é da ordem de R\$ 250 milhões, entre obra civil, elétrica e mecânica (equipamentos). A empresa acrescentou, em nota, que essa obra de São Francisco do Sul está localizada dentro de um terminal portuário já existente e foi idealizada em uma área antes sem uso, o que dispensou intervenções relevantes no entorno.

A Zortea avalia que o mercado do agronegócio voltou a ficar bastante aquecido a partir de maio deste ano. Além do Tesc, a construtora está trabalhando atualmente em obras em: Paranaguá e Palotina, no Paraná; São Francisco do Sul (SC); Santos, Morro Agudo e Sertãozinho, em São Paulo; Dourados (MS); Sinop, Nova Mutum e Novo Mundo, no Mato Grosso; São Luís (MA); e Salvador (BA). Todos os contratos nessas localidades estão relacionados ao setor do agronegócio, especialmente no complexo soja/açúcar/fertilizantes.

*Colaborou Rayane Kraljic

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/05/2023



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 086/2023
Página 64 de 64
Data: 19/05/2023
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPIING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS
Data: 19/05/2023